



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 424 - DE 27 DE NOVEMBRO A 10 DE DEZEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

**Pistoleiros a mando dos latifundiários
assassinaram o cacique Nísio Gomes
Só um Tribunal Popular poderá
punir os responsáveis**



**Fora a PM da USP
e fim dos processos:
um movimento pela
autonomia universitária**

**A greve e a ocupação
da UNIR derrubam
o reitor corrupto**



**Eleições na Espanha:
As massas arcam com
a bancarrota econômica**

A crise mundial e o Brasil

A presidente Dilma Rousseff justificou a necessidade de prorrogação da DRU a causas externas. Alegou que precisará dos 20% do Orçamento para fazer frente à crise internacional. Com a desvinculação, bilhões não serão obrigatoriamente aplicados em gastos previstos por lei, como em saúde, educação, etc.

Ocorre que, depois das contas pagas, sobra muito pouco em caixa. E o governo precisa de margem para movimentar sua política econômica e cobrir os jogos de interesse. Mas um dos condicionantes da DRU se encontra no compromisso de garantir um superávit primário de 3,5% do PIB – bilhões de reais destinados ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Todo ano o Brasil vive o drama de fechar as contas com os banqueiros e financistas. A dívida pública é estrutural ao capitalismo. Conforme a movimentação de fatores (crescimento, câmbio, taxa de juro, entre outros), ora cresce, ora diminui em relação ao Produto Interno Bruto. Mas em termos absolutos tende a crescer constantemente, bem como pode dar um salto nas condições de crise.

Esse fenômeno se verifica nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão. Os endividamentos dos Estados eram portentosos e repentinamente se mostraram insustentáveis perante a crise de superprodução. A bancarrota da Grécia mostrou ser apenas um dos pontos mais frágeis na escala das chamadas “dívidas soberanas”. A terceira economia européia – a Itália – cede ao peso dos resgates de seus títulos públicos e os altos juros para refinanciá-los. Espanha e Portugal, igualmente, estão com a corda no pescoço e são puxados pela oligarquia financeira. Não é preciso estender o problema para a França e Inglaterra. Assinalemos apenas o fato da Alemanha ter sentido as primeiras dificuldades em captar recursos com a venda de títulos, ficando o seu Banco Central obrigado a fazê-lo, usando suas reservas.

O trilionário trâmite de títulos para sobre economias afogadas pelo estreitamento do mercado mundial, pela superprodução, populações inteiras empobrecidas e gigantesco endividamento da classe média. A débâcle iniciada em 2007/2008 nos Estados Unidos não se circunscreveu à “bolha” da construção civil, embora fosse suficiente por si só de provocar um abalo considerável. As medidas das potências para estancar sua propagação e evitar o desmoronamento do sistema financeiro internacional amenizaram o impulso inicial e reduziram a sua velocidade. O impacto no Brasil foi sentido imediatamente. O governo de Lula saiu em proteção do grande capital. Passado o estrondo, pareceu que a economia mundial somente convalescia. Na realidade, a intervenção da burguesia por meio dos Tesouros e Bancos Centrais prolongou o processo de estagnação, retrocesso e quebra de forças produtivas. A tormenta tomou conta da Europa unificada e, particularmente, da Zona do Euro. Não obstante, os Estados Unidos e Japão continuam a se baterem contra as tendências recessivas.

A pergunta é até quando a China, Brasil, Índia, Rússia, África do Sul e outros países asiáticos continuarão resistindo ao desmoronamento? Não há dúvida de que estão numa etapa de desaceleração. A apreensão com o ritmo de redução de crescimento da economia chinesa é geral. O Brasil, porém, vem manifestando especial apreensão. É para lá que boa parte das exportações de matérias primas (commodities) se dirige e de lá vem a garantia de bons preços.

As potências paralisadas ou semi-paralisadas não têm como manter as importações nos níveis anteriores a 2008. Ao contrário, pugnam por exportar e proteger seus mercados internos. A China sentirá muito mais daqui em diante a contração do capitalismo na Europa e Estados Unidos. Crescem as pressões

dos Estados Unidos para que a burocracia chinesa abra o seu extraordinário mercado. E o Brasil não poderá contar com o vigoroso impulso das commodities.

A diminuição da produção industrial é uma das resultantes das tendências recessivas mundiais. Não há como sustentar as exportações e o mercado interno não pode contar com o avanço do vertiginoso endividamento da população. O governo acaba de reconhecer que a previsão de crescimento entre 4 e 4,5% não é realista. Se alcançar 3%, põe-se as mãos para o céu. Contraditoriamente, a taxa de desemprego caiu em outubro. Mas desta vez o ministro do Trabalho, quase demitido por corrupção, não se vangloriou. Em parte por sua vexatória situação, mas também porque na indústria tem havido demissões. No final do ano, o setor de serviços contrata trabalhadores terceirizados. Evidentemente, ainda é cômodo o indicador de desemprego. Entretanto, a perspectiva é de as tendências recessivas mundiais golpear duramente o Brasil.

A burguesia conta com as vantagens obtidas nos quinze anos de gigantesca acumulação de capital. Passou a ter o pré-sal como um seguro econômico perante o capital financeiro internacional. Não lhe falta disposição para o entreguismo, desde que tire sua parte. Essas vantagens, porém, são muito limitadas perante o volume da crise, cujo crescimento ainda é impossível de dimensionar com precisão.

Está colocada a tarefa de alertar a classe operária, os demais explorados e a juventude sobre a inevitabilidade da crise mundial arrastar o Brasil, demonstrar-lhes o quanto os explorados estão despreparados programático e politicamente perante a desintegração do capitalismo, defender suas reivindicações, expor o programa da revolução social e organizar as lutas contra os ataques da burguesia e de seu governo.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Dilma anuncia o salário mínimo para 2012

O governo enviou para o Congresso o reajuste do salário mínimo. Pretende elevar de R\$ 545,00 para R\$622,73. O que significa R\$ 77,73. Um contingente grande da população jovem, dos aposentados, dos trabalhadores domésticos, dos assalariados do campo e da construção civil vive única e exclusivamente do salário mínimo. Milhões sequer podem garantir a cesta-básica (alimentos) para uma família de 4 pessoas.

A política do governo petista é de proteção dos lucros dos capitalistas e condenação à miséria de milhões pelo salário mínimo de fome.

Demagogia da valorização do salário mínimo

Logo que Lula venceu as eleições, a burocracia sindical fez um alarde sobre o compromisso do governo de “valorização” do salário mínimo. A campanha se limitou às chamadas marchas à Brasília, convocadas pelas Centrais Sindicais. Compareciam os dirigentes, que se reuniam com parlamentares e com o governo. Portanto, nada tem a ver com uma campanha de massa em defesa do salário mínimo necessário. O resultado veio em 2005, quando o mínimo passou de R\$260,00 para R\$ 300,00. Foi considerada uma vitória, em função de que o reajuste estava acima da inflação.

Nos anos que se seguiram o governo Lula, o salário mínimo (2006) ficou em R\$350,00; R\$380,00 (2007); R\$415,00 (2008); R\$ 465,00 (2009); R\$ 510,00 (2010).

Em 2007, a burocracia sindical acordou com o governo a chamada política de valorização permanente do salário mínimo até 2023. Uma traição descarada dos burocratas. Isso porque aceitou o critério de repasse da inflação do período entre as duas correções e o aumento real pela variação do PIB. Se o PIB sofre queda, o salário não corrige. Assim, quem sofre com os efeitos da crise econômica são os milhões que vivem do salário mínimo.

Quando Dilma assumiu o governo, a burocracia sindical recorreu ao congresso Nacional para pedir R\$ 580,00. Argumentava que o crescimento negativo do PIB de 2009 afetava o reajuste do salário mínimo. O governo questionou a conduta dos burocratas que tinham aceitado o acordo de 2007. O valor foi fixado em R\$ 545,00. E a burocracia se calou.

Se se levar em conta o período de 2003 a 2011, o salário mínimo foi de R\$ 240,00 para R\$ 545,00. O que equivale a 54,25% de aumento real. Sendo que, em janeiro de 2011, esse aumento ficou em 0,37%. No período de nove anos, o reajuste nominal foi de 172,50%; o

INPC atingiu 76,66% e, assim, o aumento real não saiu da casa dos 50%.

Está aí por que a maioria explorada vive na penúria. A valorização do mínimo é um embuste dos burocratas sindicais. Os governos Lula e Dilma estão a serviço da política burguesa e, por isso, não podem e não poderão reajustar o mínimo de acordo com as necessidades da família trabalhadora. A pretendida valorização do mínimo serve apenas para proteger a economia capitalista, que cambaleia diante das crises cada vez mais constantes e profundas.

Salário mínimo vital para proteger a vida dos explorados

O Partido Operário Revolucionário fez um cálculo do que é necessário para uma família de 4 pessoas, que inclui alimentação, moradia, transporte, tarifas etc. Para 2011, esse valor foi de R\$ 3.824,00. As correntes de esquerda se apóiam no cálculo do Dieese, que é de R\$ 2.212,00, porém, fazem campanha por valores menores. A burocracia sindical sempre apresenta um valor para ser negociado com o governo, mas acaba aceitando o que é decretado. O cálculo do salário mínimo nada tem a ver com o que o patronato pode pagar ou com o que o governo pode dispor. Na realidade, o salário mínimo tem a ver com aquilo que é vital para a reprodução da força de trabalho.

A burocratização e estatização dos sindicatos ganharam força nos oito anos de governo Lula e agora com Dilma. Assim, as direções sindicais se limitam a propor o que é considerado viável, conseqüentemente, sem atingir os lucros da classe capitalista. Não defendem os interesses do proletariado e das

massas exploradas. Procuram a via da conciliação de classes, como ocorreu a tal valorização do mínimo. Mas por que isso ocorre? Porque a classe operária está controlada por essas camarilhas que se agarram no aparato estatal.

A bandeira de salário mínimo vital se choca com a política de conciliação de classes dos dirigentes vendidos. O salário mínimo vital é uma das reivindicações transitórias, porque corresponde à luta contra a exploração do trabalho. A força da reivindicação está justamente na potencialidade de transformar em luta política contra o Estado e a classe que detém os meios de produção. Por meio da ação coletiva, o proletariado e os explorados se chocarão com suas direções traidoras e avançarão politicamente na luta para pôr abaixo o sistema capitalista.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Pistoleiros a mando dos latifundiários assassinaram o cacique Nísio Gomes Só um Tribunal Popular poderá punir os responsáveis

No dia 18 de novembro, os índios Guarani Kaiowá que viviam no acampamento Tekoha Guaviry, Mato Grosso do Sul, foram surpreendidos com a invasão de 40 pistoleiros que vieram para matar o cacique. Nísio perdeu a vida, outros foram feridos a bala e alguns desaparecidos. Aterrorizados pela ação violenta, parte dos 100 indígenas que vivem no acampamento se esconderam na mata. Os que permaneceram narraram a brutalidade do assassinato e a fuga dos pistoleiros com o corpo do cacique. Ainda não se tem a quantidade exata de desaparecidos e de feridos.

Os indígenas ocupavam a terra entre as fazendas Chimarão, Querência Nativa e Ouro Verde, região que pertencia aos Kaiowá. A execução do cacique está ligada ao conflito com os latifundiários. Para os fazendeiros, a resistência dos Kaiowá tem de ser quebrada. Por isso, em 2003, as milícias armadas invadiram o acampamento na tentativa de aterrorizar os Guaranis. Em 2009, novamente foram atacados pelos pistoleiros que assassinaram uma das lideranças, Arcelino Oliveira Teixeira. Pagos pelos latifundiários, os pistoleiros matam e desaparecem com os corpos. Foi assim com Arselino e agora com Nísio.

O governo Dilma sabia que a situação era grave e que, de uma hora para outra, os fazendeiros assassinariam as lideranças. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vinha e vem denunciando há oito anos a ação violenta dos latifundiários contra os indígenas no Mato Grosso. Mas, nem Dilma e nem o Ministro da Justiça Eduardo Cardozo tomaram a iniciativa em favor do povo indígena. O processo de demarcação da Terra indígena está, desde 2008, em fase de execução. O descaço é completo.

O assassinato do cacique Nísio Gomes é parte da violência reacionária dos latifundiários contra as nações indígenas. As nações índias foram e vêm sendo exterminadas. No passado, os colonizadores praticaram o genocídio sobre a população nativa. Agora, os latifundiários, os donos dos garimpos, os madeireiros e os empresários das hidrelétricas expulsam os indígenas de suas terras para expandir seus negócios.

Segundo o IBGE, a população índia se resumiu a 817 mil, distribuídos em 235 povos, vítimas dos genocídios e vivendo na mais profunda miséria e opressão.

Com se vê, a história dos massacres indígenas continua presente. Os processos de demarcação de terras indígenas são extremamente lentos e enfrentam as ações judiciais dos latifundiários que reclamam a posse das terras. As reservas indígenas se limitam a 13% do território brasileiro. E mesmo assim, ameaçadas constantemente.

Não por acaso, os conflitos pela posse terra se agravaram nos últimos anos. A região da Amazônia Legal, onde estão 98% das terras indígenas, se tornou uma das mais violentas. A expansão do agronegócio, a instalação de usinas hidrelétricas, a ação dos madeireiros, etc. agem expulsando ou submetendo grupos indígenas à brutal exploração. O fato é que a demarcação de terras indígenas, que são poucas, não se efetiva na rea-



Cacique Nísio Gomes, assassinado pelos latifundiários

lidade. Isso porque os índios não conseguem tomar posse das terras que por lei lhes pertencem. Um dos exemplos é o da terra Auá (Maranhão), que foi homologada em 2005, mas não se efetivou porque os posseiros estão no local. Outro caso é o dos índios Xavantes (São Félix do Araguaia), que tomaram posse da área demarcada em 1998 e foram expulsos pelos pecuaristas e plantadores de soja. Está aí por que os Ianomâmis enfrentam os garimpeiros; no Vale do Javali, a população índia vem sendo dizimada pelas epidemias; os Enaiênê-nauê estão ameaçados pelas empreiteiras de hidrelétricas; as terras de Auá estão ocupadas pelos fazendeiros e madeireiros e as de Maraiuatse foram invadidas pelas fazendas de gado e soja.

Isso ocorre, entre outras razões, porque os governos estão submetidos ao poder econômico dos latifundiários, agronegócios, das empreiteiras etc. e, por isso, não conseguem estabelecer e manter as restritas reservas indígenas. Assim, os conflitos tendem a se agravar.

Os crimes da burguesia fundiária ora sobre os povos indígenas, ora sobre os camponeses sem-terra estão impunes. A justiça, a polícia e os governantes têm as mãos amarradas pelo poder econômico e, dessa forma, governam e aplicam as leis para favorecer a propriedade privada dos meios de produção. Lula e Dilma não fogem a regra. Tratam-se de governos burgueses. Por isso, a demarcação de terras indígenas é uma farsa. A impunidade impera. Daí a importância de levantar a bandeira dos tribunais populares, organismos da luta de classe, para julgar e punir os assassinos de Nísio e de milhares que tombaram pela defesa da terra.

No capitalismo, independente do governo ser mais ou menos democrático, os problemas dos povos indígenas não poderão ser resolvidos. Fazem parte das tarefas democráticas que a burguesia e seus governantes não poderão cumprir. Por isso, dizemos que o direito das nações indígenas às terras é parte do programa da revolução proletária. Sem atingir a fonte geradora dos conflitos, que é o sistema capitalista, não há como solucionar o problema indígena.

Rondônia

Publicamos essa carta de denúncia de tortura e ameaça de assassinato do camponês Luiz Antunes. O Partido Operário Revolucionário se solidariza e reforça a campanha da Liga dos Camponeses Pobres.

23 de Novembro de 2011

No dia 18 de novembro, o camponês Luiz Antunes foi covardemente torturado por policiais civis e militares do município de Buritis, no PA Rio Alto. Os camponeses deste assentamento já sofreram vários ataques de bandos armados do latifúndio. No pior deles, os camponeses Elcio Machado e Gilson Gonçalves foram barbaramente torturados e assassinados em dezembro de 2009. Até hoje os responsáveis por estes crimes seguem impunes.

Por volta das 13:00 horas, o camponês Luiz retornava de moto da cidade quando foi fechado por três caminhonetes sem identificação próximo ao seu lote. Cerca de 15 policiais armados saíram dos veículos e sem nenhuma explicação ou perguntas o derrubaram no chão, pisaram em sua garganta e iniciaram sessões de sufocamento com saco plástico, espancamento com porretes e com um cabo de foice que estava no local. Os policiais queriam que Luiz assumisse delitos ocorridos na região do Projeto de Assentamento Rio Alto e o torturaram sem parar durante duas horas, deixando várias marcas no seu corpo.

Depois, os policiais levaram Luiz ao hospital municipal de Buritis para tomar remédios no intuito de disfarçar os ferimentos. Além da covardia da tortura praticada, os policiais ainda tiveram a cara de pau de divulgar em uma página de notícias da internet que Luiz “havia corrido de moto ao avistar os veículos e que seus ferimentos eram causados por uma queda que havia sofrido durante a fuga”. E como se não bastasse, Luiz ainda ficou preso por dois dias na delegacia de

Buritis antes de ser liberado.

Luiz foi torturado por que cometeu o “crime” de ser pobre. Ninguém tortura deputado corrupto, bandidos de colarinho branco ou latifundiários e seus bandos armados. A tortura é crime inafiançável no Brasil, mas sempre foi amplamente utilizada por policiais, devido à certeza de impunidade nos crimes praticados pelo Estado. A tortura sempre foi um dos muitos crimes praticados por policiais de Rondônia, que atuam como milícia armada dos latifundiários.

A região de Buritis tem sido palco de perseguições e criminalização continuada aos camponeses pobres que lutam pela terra, a polícia civil e militar sempre tiveram participação direta, seja ameaçando, torturando ou assassinando trabalhadores.

Em Rondônia, dezenas de ocupações estão ameaçadas de despejo, ao mesmo tempo em que os latifundiários e seus bandos armados seguem cada vez mais encorajados a atuar impunemente diante da escalada repressiva por parte do poder judiciário, polícias e dos monopólios de comunicação, todos a serviço do latifúndio.

Este caso é grave representa a total falência da reforma agrária do governo, onde os camponeses que lutam são duramente reprimidos e nenhuma terra é cortada. A ouvidoria agrária e o Incra são responsáveis diretos pelo que vier acontecer aos camponeses do Rio Alto.

Exigimos punição aos policiais envolvidos nos casos de torturas e assassinatos de camponeses na região de Buritis.

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental - LCP

O grave vazamento de petróleo na Bacia de Campos

Responsabilidade da Chevron e do governo

Que autoridade não sabe que a exploração de petróleo em águas profundas implica alto risco para o meio ambiente? Governo federal, estadual, Agência Nacional de Petróleo, todos conhecem perfeitamente os perigos desse tipo de negócio.

A experiência catastrófica no Golfo do México ainda é recente para servir de alerta a novos vazamentos. A gravidade de uma ruptura no reservatório, formado em milênios, está na possibilidade de não se ter como conter a gigantesca afluência do petróleo para as águas. As rupturas ocorridas têm sido contornadas depois de grande contaminação do mar e destruição biológica.

A possibilidade de uma hecatombe coloca a pergunta: até quando essa atividade permanecerá nas mãos das petroleiras? Não é o caso de estatizá-las?

O vazamento na Bacia de Campos, no poço Campo de Frade, controlada pela multinacional Chevron, iniciado no dia 7 de novembro, mostra os perigos que trazem as perfurações da camada do pós e do pré-sal. O estancamento ocorreu seis dias depois, em 13 de novembro. Mas ainda não se sabe com certeza se a fissura no poço vai muito além, atingindo as paredes da bacia.

O governo federal se mostrou irritado com o fato da Chevron comunicar o acontecimento dias depois. A multinacional evitou, assim, que se instalasse imediatamente a investigação das causas. Levantou-se a suspeita de que a Chevron estava tentando alcançar a camada do pré-sal sem a permissão, quando houve a fissura.

Para dar satisfação à opinião pública, o governo e a ANP aplicaram uma multa que pode chegar a R\$ 150 milhões – uma ninharia

para o orçamento bilionário da petroleira norte-americana. Suspendeu-se a sua atividade apenas no poço afetado. E a matriz nos Estados Unidos, muito cordial, anunciou que seguirá as leis brasileiras. Não faltaram desculpas à população afetada; e declarações de amor à ecologia ganharam os noticiários.

É preciso desfazer a farsa da seriedade governamental em punir a Chevron. O compadrio prevalece. A multinacional faz o que bem entende em sua área de concessão. As leis e os controles são facilmente burlados. A conduta omissa da empresa por quatro dias de vazamento, até que não se podia ocultar as manchas na superfície, dá a medida do poderio das multinacionais sobre a prospecção do petróleo e do gás.

A privatização iniciada no governo de Fernando H. Cardoso fortaleceu a presença do capital estrangeiro na economia e o controle de fontes de riqueza natural. Não se deve desvincular o suposto “acidente” da desnacionalização do petróleo e da corrida pelo controle do pré-sal.

A população não deve acreditar que o alerta do vazamento na Bacia de Campos resultará em medidas estatais de fiscalização das multinacionais. Os monopólios estão atrás do lucro a qualquer custo. Pouco adiantará os especialistas nesse tipo de risco pleitear investimentos em segurança ambiental, se as multinacionais ficarão livres para tocar seus negócios de acordo com a suprema lei da exploração e acumulação de capital.

A resposta do programa operário começa por expropriar as petroleiras, sem indenização e nacionalizar o petróleo, colocando-o sobre o controle dos trabalhadores.

Fora a PM da USP e fim dos processos: um movimento pela autonomia universitária

A luta espontânea ganha organização

As manifestações de rua com milhares de estudantes fechando a Avenida Paulista em 24/11 e pelo centro da cidade em 11/11 mostraram a existência de uma aspiração entre os estudantes que protestavam contra a presença da PM no interior da universidade e pelo fim dos processos contra estudantes e trabalhadores. Por mais que a imprensa burguesa tivesse insistido na farsa de que se tratava de um movimento de minoria e em favor do uso da maconha, os milhares nas ruas empunhando a bandeira de expulsão da polícia do interior da universidade constituem fato incontestável.

É verdade que o movimento se levantou espontaneamente depois da prisão pela PM de três estudantes que portavam maconha no estacionamento da FFLCH. Já naquele 27 de outubro, centenas de estudantes protestaram contra a entrada da polícia na universidade. E foram reprimidos com balas de borracha, bombas e gases, além dos cassetetes. Desde a demissão política do sindicalista Brandão no final de 2008 e da invasão da USP pela PM na greve de 2009, acirra-se a repressão na universidade. A política repressiva vem sendo desenvolvida sem resistência por parte das direções do movimento estudantil, receosas de se chocar com o setor estudantil conservador. O apego ao aparelho lhes colocou uma mordaca e uma venda diante da ofensiva privatista. Nem mesmo os processos e ameaças de eliminação de estudantes as moveram. Pior ainda: a direção do DCE eliminou as assembleias e as substituiu pelos conselhos de centros acadêmicos burocratizados e sob controle do partido dirigente do DCE, o PSol, tendo sempre ao seu lado agindo como escudeiro o PSTU. Os movimentos estudantis em unidades, que aconteceram contra medidas de conteúdo privatista e elitista da reitoria, foram mantidos isolados pela direção. Por tudo isso, a manifestação contra a prisão de três colegas na FFLCH aconteceu num quadro em que o movimento estudantil estava desarticulado. Como não se convocavam assembleias, não era possível aos estudantes se expressarem e manifestarem acerca do avanço da política repressiva do reitor-interventor. Nem se organizarem para combatê-la. A manifestação espontânea de centenas de estudantes contra a ação da PM ocorreu apesar de e contra a política da direção do DCE. Por isso, teve de derrotá-la em cada passo que deu. A resistência às prisões, a ocupação da administração da FFLCH, a ocupação da reitoria e a greve imediata decretada após a invasão da tropa de choque e prisões de 73 estudantes foram todas decididas tendo a direção do DCE defendendo posição contrária. Por isso, esse foi um movimento das bases estudantis mais radicalizadas, contra a vontade da direção conciliadora.

Por sua genética, o movimento teve de nascer numa única unidade da universidade, e contar em princípio com algumas centenas de participantes. O isolamento inicial sofrido tem muitas causas, como a farsa montada pela imprensa de que se tratava de movimento de maconheiros e ultra-minoritário, mas destacamos a campanha contrária feita por Anel, DCE, PSol e PSTU e por entidades como a Adusp, que condenaram a ocu-

pação da reitoria, por ter sido decidida numa assembleia taxada de ilegítima (que quase foi encerrada arbitrariamente pela mesa em meio a uma votação de encaminhamento, justamente o de votar a ocupação da reitoria). O isolamento não impediu que se organizassem assembleias de centenas de estudantes na reitoria ocupada, organizando a luta com suas bandeiras e métodos. Uma explosão de resistência à prisão de estudantes se tornou em revolta contra a militarização da universidade. Acabou por colocar à luz do dia a defesa da autônoma universitária. Desgraçadamente, a política do DCE de achar um ponto de conciliação com a diretoria de segurança do reitor e do governador limitou o alcance da luta e facilitou a invasão da USP pela tropa de choque.

Estudantes reagem e o movimento fortalece

A invasão da USP pela tropa de choque e a prisão dos ocupantes mudou o quadro. Obrigou a maior parte das direções a se colocarem à frente de um amplo movimento de resistência à militarização da USP. A assembleia estudantil convocada imediatamente após a ação da tropa de choque reuniu pelo menos três mil estudantes. Contra a vontade do PSol e PSTU, decretou-se a greve imediata. Por outro lado, aprovou-se a inclusão do novo eixo para o movimento: “por uma nova política de segurança”, defendida pelas correntes conciliadoras (PSol e PSTU) como mecanismo de desvio da luta pela expulsão da PM e fim dos processos. Como não se havia organizado o movimento nos cursos, não era possível se prever qual seria a resposta dos estudantes à decretação da greve geral pelo Fora PM e fim dos processos. A aprovação de um comando de delegados eleitos nos cursos, onde o controle dos CAs pelas correntes conciliadoras é grande, colocava a possibilidade de uma reversão da tendência de luta.

Mas o que aconteceu a seguir foi um grande avanço do movimento: os cursos que reuniram suas assembleias nos dias seguintes contaram com grande participação dos estudantes, e resultaram na aprovação dos eixos do movimento, com o Fora PM sobre todos, greve estudantil e elegeram dezenas de delegados de base, anulando o possível controle das direções dos CAs sobre o comando de greve. A greve se espalhou como rastilho de pólvora. Os piquetes se instalaram e bloquearam as salas de aula e os fura-greves. Logo a seguir, um grande ato e passeata de milhares no centro da cidade projetaram o movimento para fora dos muros da universidade.

Em busca de um desvio

Enquanto isso, agiam pressões nas unidades para que se incorporasse um novo eixo ao movimento. A assembleia de pós-graduandos, que sofrem influência direta dos professores, se colocou pela estatuinte. Nos cursos onde a direção da Adusp tem mais influência, também se discutiu e aprovou o novo eixo. A direção do DCE não perdeu a oportunidade de fazer aprovar o novo eixo, mais um para servir de desvio do foco da bandeira do Fora PM e fim dos processos. Para tal, não hesitou em colocá-lo em votação ao final de uma assembleia,

com 30 segundos de defesa a favor e contra.

A direção do DCE na prática usurpa de um movimento que não impulsionou e inclusive condenou. Procura desviá-lo de seus objetivos, e conter o choque contra o reitor e o governo, bem como contra a parcela de estudantes conservadores e apoiadores da PM no campus. Assim, maneja as bandeiras de “nova política de segurança” e estatuinte para desviar os estudantes da luta pela expulsão da PM e fim dos processos. A “nova política de segurança” não é só um meio de se chegar a um acordo com a reitoria, constituindo uma concessão ao governo repressor. Ela é também uma negação da própria bandeira de Fora a PM, pois a política de segurança necessariamente embute a repressão. Tanto é assim que um de seus aspectos é o de treinar melhor a guarda universitária e estruturar um corpo de guardas femininas.

A bandeira de estatuinte também é colocada ao lado da de Fora Rodas como meio de se discutir uma reforma estatutária sem a derrocada do reitor-interventor.

O fato do movimento ter estourado no final de semestre e sem a devida preparação jogam em favor do desgaste prematuro da mobilização. Uma parcela de estudantes já não confia na vitória sobre a reitoria/governo e serve de base de apoio para as manobras distracionistas da direção do DCE. Manobras que foram tentadas durante as ocupações, mas foram então rechaçadas pela vanguarda mais radicalizada. Mas que agora encontram base de apoio para progredirem. É assim que um movimento contra a repressão se torna de defesa de “mais segurança”, e por “ mais democracia”. Um movimento que cresce pela derrubada do reitor se coloca por uma estatuinte sob sua administração.

Combater as manobras desviacionistas

O movimento tem dado provas de grande vitalidade. Apesar do final do semestre, realizou uma grande manifestação na Avenida Paulista, bloqueando a passagem de carros e projetando a luta contra a presença da PM no campus. Responde com energia as manobras de professores reacionários contrários à luta: no curso de Letras, estudantes instigados pelos professores chegaram a votar o fim da greve. Mas na semana do ato na Paulista, novas assembleias decidiram pela volta à greve, contra a posição do CA (PSTU) e apesar da abstenção da LER-QI, por exemplo. Até mesmo em cursos sem tradição de mobilização (IME, Geofísica), realizam-se assembleias e se aprovam as bandeiras do movimento.

O crescimento do movimento a partir das bases questiona a direção. A assembleia do dia 23/11 aprovou que a calourada será organizada pelo comando de greve, e não pelo DCE. A direção do PSol/PSTU planejava utilizar a calourada para influir no movimento e na eleição do DCE, adiada para o ano que vem, mas a deliberação de direção ao comando impedirá esse objetivo. A assembleia também condicionou o eixo de “nova política de segurança” à retirada da PM do campus, tornando mais difícil a negociação da direção pelega com a reitoria. O movimento que se levantou apesar e mesmo contra a direção dá passos para discipliná-la.

A convocação de uma manifestação para a audiência pública do reitor-interventor convocada pela Assembleia Legislativa pode levar a mais um avanço do movimento, se ele con-



Manifestação na Avenida Paulista

seguir realizar mais um protesto de rua, mas pode servir para o desenvolvimento de uma política de pressão parlamentar e desvio da ação direta. Os reformistas do PSol e centristas do PSTU almejam que esse seja o clímax da mobilização. Certamente, com o término das aulas, vão defender a não necessidade da greve para prosseguir com a mobilização. E a retomada de tudo no ano que vem, sob um novo quadro.

A greve estudantil da FFLCH em 2002 mostrou a possibilidade de se continuar um movimento grevista mesmo durante as férias. Na ocasião, aprovou-se um plano de mobilizações de protesto que acompanhariam o governador Alckmin onde ele aparecesse em público. Essa linha levou o governo a negociar diretamente com o movimento, passando por cima da burocracia universitária. É uma experiência que precisa ser retomada.

Afirmar as bandeiras do movimento

A luta dos estudantes da USP empunha como principais bandeiras o Fora a PM e fim dos processos. Essa luta tem dois conteúdos principais.

Ela se coloca em defesa da autonomia universitária. A ação da PM é uma medida ditada diretamente pelo governo Alckmin/PSDB. O reitor-interventor, indicado pelo então governador Serra, aplica a linha de maior ingerência do Estado sobre a universidade, que era justamente um dos pontos dos decretos derrotados pela greve e ocupação da reitoria em 2007. A presença da PM não tem nada a ver com segurança. A PM só representa segurança para a burguesia e para a classe média abastada. Os explorados sentem na pele a ação repressiva da PM nas periferias e contra os movimentos sociais. A polícia é o braço armado do Estado burguês para garantir sua ditadura de classe. A ação da PM na universidade só tem um objetivo: reprimir as manifestações dos que estudam e trabalham contra a imposição de medidas privatistas e elitistas ditadas pelo governo e aplicadas pela sua marionete, o reitor-interventor. A militarização da universidade deve ser rechaçada como uma violação da já precária autonomia universitária. Qualquer vacilação nesse sentido vai muito além da pelegagem, é colaboração com a repressão. Por isso é muito grave que PSol e PSTU se juntem ao discurso da burguesia para discutir “nova política de segurança” na USP, porque obscurece o sentido real da presença da PM, que é a repressão.

Fora a PM e Fim dos processos! Corresponderem à defesa do ensino público e da autonomia universitária

Essa mobilização também se coloca em defesa da universidade pública, porque se choca com um dos aspectos da política privatista e elitista do governo e reitor. A repressão é ao mesmo tempo instrumento para aplicação dessa política e um de seus aspectos. É instrumento quando serve para tentar conter as mobilizações contra as medidas, perseguindo as lideranças. É aspecto quando serve para fortalecer a elitização e terceirização de serviços, quando serve para oferecer uma falsa sensação de proteção aos filhos da burguesia que frequentam o campus, preserva a exclusão da população assalariada às áreas da universidade e substitui gastos com contratação de funcionários e execução de serviços de manutenção pelo convênio com a PM. A renúncia das direções em combater de forma unitária e centralizada as medidas privatistas e elitistas do reitor/governo abre caminho para sua implantação, dentre elas a militarização.

Os estudantes mobilizados sentem a necessidade de enfrentar o autoritarismo da burocracia universitária e reivindicam mais democracia. Estão sujeitos aos discursos em defesa de soluções intermediárias que não levam à destruição do poder burocrático, mas procuram a via de compartilhar desse poder reacionário.

O poder na universidade é antidemocrático e autoritário por necessidade do controle da classe dominante, minoritária, sobre ela. A burocracia universitária é uma casta de professores comprados pelo governo da burguesia para exercer seu domínio sobre a universidade. Sob esta estrutura de poder, não pode existir a real autonomia universitária, ela não passa de um arremedo. Ainda assim, as frações da burocracia universitária muitas vezes se chocam ao redor de seus interesses mais

Rondônia

A greve e a ocupação da UNIR derrubam o reitor corrupto

Assembleia e Autonomia Universitárias

A brava luta dos professores e estudantes obrigou o reitor Januário a apresentar a carta de renúncia ao Ministério de Educação.

Embora o reitor Januário tenha apresentado carta de renúncia ao ministro da Educação Fernando Haddad, a greve continua. São 73 dias de paralisação e 52 dias de ocupação da reitoria. Enquanto não ocorrer o processo de homologação de posse da vice-reitora Cristina, a universidade permanecerá paralisada. As atitudes daqueles que tentaram de forma matreira, a conselho de senador Valdir Raupp, apresentar o pedido de férias de 15 dias, acreditando pôr fim à greve, se desfez. Duas horas depois, a sua assessora Cidinha divulgou que o mesmo suspendeu o pedido. Na verdade, os grevistas temiam um golpe para que a reitoria fosse desocupada.

Prisões, ameaças de morte, perseguições e provocações aos grevistas

A prisão do professor Valdir de Sousa, membro do comando de greve, se deu após provocações de dois policiais federais

imediatos e emperram a aplicação de medidas ditadas pelo governo. Coloca-se para o Estado a necessidade de ampliar o intervencionismo, tornando-o mais direto. É o caso dos decretos de Serra em 2007, que se manifestam hoje no intervencionismo de Alckmin através do reitor-interventor. A anulação completa de qualquer traço de autonomia torna-se gritante.

Somente a mobilização dos que estudam e trabalham, em choque contra a burocracia/governo, pode se contrapor ao intervencionismo e defender de fato a autonomia. O avanço da mobilização colocará concretamente a questão do poder, que passa a ser exercido em dualidade pelos organismos próprios do movimento, as assembleias gerais universitárias, comandos, etc. Essa dualidade será resolvida em favor de um dos lados em choque. A destruição dos organismos da burocracia marionete do governo é uma condição para se alcançar a real autonomia frente aos governos e poder econômico. Com a destruição dos organismos da burocracia, os que estudam e trabalham poderão instaurar um governo tripartite e formularão um estatuto democrático, que refletirá a soberania da assembleia geral universitária.

Não é possível uma reforma de estatuto democrática sob o poder dos organismos da burocracia reacionária. O poder da casta burocrática condicionará qualquer tentativa nesse sentido, porque ela usará de seu controle sobre orçamento e pessoal para influenciar os resultados de qualquer reforma. Por isso as colocações em defesa de uma estatuinte que seja capaz de levar à destruição da burocracia são utópicas. E, pior que isso, alimentam ilusões nos que estudam e trabalham, desviando-os das lutas por suas mais sentidas reivindicações; estas sim servirão de meio para levantar a luta geral, essa que pode se desenvolver ao ponto de destruir a burocracia pelos métodos da ação direta.

que se postaram sobre o muro da reitoria. Os grevistas denunciaram a presença dos provocadores que estavam a mando do grupo gangsteril que administra a reitoria. Esse grupo é apoiado pela família Raupp, parlamentares federais do PMDB – Valdir (Senador) e Marinha (deputada Federal), que ostenta poder de latifundiário na cidade de Rolim de Moura, onde já foi prefeito.

O histórico de perseguição a trabalhadores por esta família de parlamentares é dramática para os operários e camponeses. Quando governador do Estado, Raupp foi responsável pela atrocidade contra os camponeses pobres – o massacre de Corumbiara, no ano de 1995.

Ações truculentas desfechadas por Januário e seus comparsas.

Na tentativa de quebrar o movimento grevista e a ocupação dos estudantes, a reitoria ameaçou, aterrorizou e usou de todos os meios. Um dos fatos foi o ocorrido no dia em que a reportagem da rede Globo compareceu ao Campus universitário e à Reitoria para gravar a matéria que ia ser exposta no programa

Fantástico. O reitor corrupto e seus comparsas distribuíram um “mosquitinho” com uma lista de nomes de estudantes e professores. A delação dizia ser contra os “perigosos”. Nesse “mosquitinho”, constavam também os nomes de membros do comando de greve ou colaboradores de outros Campi. Na noite do mesmo dia, um agente encapuzado ameaçou a estudante que acompanhou as reportagens do Fantástico e que esteve presente na audiência em Brasília com o Secretário de Ensino Superior do MEC. Essas formas de aterrorizar os lutadores são velhas práticas dos regimes fascistas. Diante das ameaças, os grevistas fazem campanha de denúncia.

Os escândalos de corrupção envolvendo o Reitor vieram à tona com a greve. A rede Globo, que sempre protege a classe capitalista e seus governantes, se viu na contingência de publicar a matéria sobre a greve da UNIR. Nem bem foi divulgada no Fantástico, o governo e o Ministério da Educação exigiram a saída do reitor.

Só os Tribunais Populares poderão punir os crimes do Reitor Januário do Amaral e da família Raupp

Uma parcela dos grevistas tem ilusão na Justiça burguesa. Por isso, esperam que a Justiça execute uma medida dura contra a corrupção praticada pelo reitor. Mas a militância da Corrente Proletária da Educação diz: Organizar os **Tribunais Populares** para punir os crimes da burguesia. Os tribunais burgueses não irão punir seus próprios crimes. As experiências mostram que a vitória do movimento não se assegura se continuar o sistema que acarretou a necessidade da greve – a exploração capitalista.

As denúncias de corrupção do reitor Januário e sua camarilha na imprensa nacional acontecem em meio à prisão do presidente da Assembleia Legislativa do estado, também envolvido numa quadrilha de 15 pessoas que foram presas. As acusações, comprovações e prisões também se deram no governo anterior, mas nada foi solucionado.

A corrupção faz parte da política burguesa. É inerente ao sistema capitalista, que se decompõem em meio às crises. Não por acaso, a corrupção está presente em todos os órgãos de sustentação do Estado: exército, polícia, justiça etc. A escola (no caso a Universidade) não está à margem. A corrupção existente na UNIR, as denúncias de desvio de dinheiro do Fundeb (fundo de sustentação do ensino básico) etc. são faces da mesma política.

Greve da UNIR expõe a corrupção em torno das verbas públicas

A greve que já ultrapassou dois meses, iniciou reivindicando melhores condições de ensino e trabalho. A precariedade dos campi é tão brutal que impedia a continuidade das aulas. Faltava tudo: desde papel higiênico até água potável. Aos poucos a greve ganhou força e as denúncias de ladroagem vieram à tona.

As denúncias de falcaturas nas licitações e na Fundação, na qual o reitor tinha sido presidente, tornaram insustentáveis. Mesmo assim, o Ministério da Educação, nas mãos do petista Fernando Haddad, se calou durante mais de dois meses. O dossiê contendo as denúncias tinha sido entregue ao MEC e ao governo Dilma, por meio da Casa Civil. O silêncio de Dilma e Haddad se explicava em função da aliança PT/PMDB. Mexer com o reitor significava atingir os Raufs. Contavam também



Assembleia na Unir

com o esgotamento do movimento, em função da longa greve. Mas com o aumento das ameaças, prisões de estudante e professor e do terror sobre os grevistas, que obrigaram o governo a exigir a renúncia do reitor, a luta se acirrou.

É claro que a renúncia do reitor não significa que a UNIR está limpa da ladroagem. Januário não agia sozinho. Estava apoiado na burocracia acadêmica e nos politiquinhos locais. Essa camarilha permanece. A razão da greve e as denúncias que surgiram em torno do dinheiro público permanecem sem serem resolvidas. Um movimento grevista de tamanha envergadura precisa levantar a bandeira de Assembleia Universitária e autonomia da universidade. Deve exigir o atendimento imediato das reivindicações que deram origem ao movimento

Erguer as reivindicações de assembleia e autonomia universitárias

Os problemas da UNIR são graves. Mesmo que haja o retorno às aulas, não há condições de ensino e trabalho. Os campi estão extremamente precarizados. Deixar a reivindicação do movimento nas mãos da burocracia que assumirá a reitoria é acreditar que os que assumirão poderão resolver a situação e fazer o dinheiro retornar à universidade. Falso.

A universidade tem de ser conduzida pelos que estudam e trabalham (estudantes, professores e funcionários). Por isso, só a assembleia universitária terá condições de tomar em suas mãos o controle do campus. As decisões deverão ser tomadas coletivamente. Nada de burocracia acadêmica no comando da Unir. Mas é fundamental que os professores e estudantes tomem para si a defesa da autonomia universitária, que significa independência política dos governos. É preciso também rechaçar a privatização da Unir, que comparece por meio de Fundações. Está colocada para a assembleia universitária a ser convocada a tarefa de realizar a eleição para constituir um governo tripartite da UNIR, representado por estudantes, professores e funcionários.

Nada de controle burocrático da Unir. Por uma Assembleia Universitária!

Nada de substituir o reitor pela burocracia acadêmica. Controle da universidade por aqueles que estudam e trabalham. Eleger pelo voto universal um governo tripartite da UNIR.

Pela autonomia Universitária!

Conselho Universitário da UEL adia fim da paridade

A sessão do Conselho Universitário de 25 de novembro que tinha na sua pauta o fim da paridade adiou a decisão para o dia 5 de dezembro. O motivo do adiamento é a disputa inter burocrática entre os diretores que pleiteiam a mudança do regimento para permitir a reeleição – deles, claro – e os outros que não querem. Não teve nada a ver com o fim da paridade que tem ampla maioria no Conselho.

No dia anterior reuniu-se um Conselho Deliberativo – instância intermediária do Movimento Estudantil composta pelos dirigentes dos Centros Acadêmicos – para deliberar sobre o posicionamento dos estudantes na reunião do Conselho Universitário.

Nessa reunião, a Corrente Proletária – que sempre defendeu o voto universal – propôs que os estudantes não legitimassem a decisão de acabar com o atual sistema de escolha e boicotassem a reunião. Defendemos que somente uma assembleia geral universitária poderia alterar esse sistema e lembramos aos representantes dos centros acadêmicos que a paridade foi imposta na mesma época que o movimento estudantil e docente impuseram à burocracia universitária a escolha do Reitor

pelo voto direto, no fim da ditadura militar. Todo esse processo de eleição direta e paridade foi aprovado por inúmeras assembleias que aconteceram à época.

De outro lado, polarizando com a Corrente Proletária colocou-se a proposta demagógica da atual diretoria do DCE, alinhada com a política governista e colaboracionista, que era a de votar na paridade, fazendo pronunciamentos em defesas do voto universal. No final, a proposta que teve maior número de votos foi a defendida pela diretoria do DCE. “Votar na paridade e defender verbalmente o voto universal como o sistema mais democrático”. Esses mesmos estudantes defenderam que até concordam com o voto universal, mas, se utilizando da formalidade da burocracia universitária, dizem ser impossível colocar outra proposta na mesa – que no caso seria a proposta de voto universal – e na iminência de se perder a paridade e entrar o famigerado 70%, 15%, 15%, preferiram votar na paridade, ou seja, votariam pelo “menos pior”.

Durante a reunião a Corrente Proletária distribuiu o manifesto abaixo:



Corrente Proletária na Educação



Conselho Universitário quer acabar com a paridade na eleição para Reitor Defendemos: Só uma assembleia universitária pode mudar o regime de representação!

Na próxima sexta feira dia 25/11/2011 acontecerá a reunião do Conselho Universitário para decidir o peso dos votos de professores, estudantes e funcionários na eleição do reitor e diretores de Centro.

Hoje está vigente o chamado *voto paritário* no qual o voto de um professor vale mais do que o voto de um funcionário e muito mais do que um estudante. Só para ter uma ideia, é necessário o voto de 11 estudantes para equiparar ao voto de um único professor!

Mas, agora, o Conselho Universitário – quase absolutamente constituído por docentes – quer implantar um sistema eleitoral mais antidemocrático ainda. Querem dar 70% do peso dos votos aos docentes e para funcionários e estudantes sobriariam os outros 30% que poderiam se dividir 15%/15% para cada um ou 20% para funcionários e 10% para os estudantes.

A quem serve esta mudança?

A mudança para uma forma mais antidemocrática de escolha das autoridades universitárias só servirá para o fortalecimento dos setores da burocracia universitária que há anos vem desmontando o caráter público e gratuito da UEL, atrelando a gestão da universidade às orientações privatistas do Estado

(desde a época FHC até Dilma) e renunciando à autonomia em troca do acesso aos escassos recursos – públicos – que os governos repassam a conta-gotas às burocracias alinhadas com a sua política.

Estes grupos na UEL, embora encham a boca para falar de políticas de “acesso e permanência”, “democratização da educação”. Fazem exatamente o contrário. Repetem o discurso demagógico oficial, mas, na prática, alijam ou tratam de modo assistencialista e preconceituoso os estudantes cotistas; os que dizem que democratizam a universidade agora querem restringir o peso do voto dos alunos e funcionários.

O mais importante, porém, é que com essa mudança fica mais fácil desenvolver seus projetos privatistas – uso da universidade pública para finalidades particulares – e os do governo – EaD, vinculação ao SINAES, Cotas -, pois, com um colégio eleitoral dependente, só do voto dos professores é mais fácil controlar as decisões, uma vez que estes são mais suscetíveis de serem aliciados pela orientação privatizante.

Porque o ME não se opôs a esta mudança?

Se há um setor da universidade que deveria se opor a esta mudança este é o movimento estudantil, mas nada

aconteceu. Ocorre que o DCE já está na segunda gestão sob o comando de correntes que colaboram com a burocracia universitária e tem o seu apoio. Antes dessas, porém, tampouco soube se estruturar uma organização estudantil fundamentada nas lutas concretas dos estudantes. Foram várias diretorias sob o comando de correntes que priorizavam o atrelamento do DCE às superestruturas nacionais – Conlute e depois Anel – sem preocupar-se em se vincular às necessidades dos estudantes da UEL. Deixaram, por isso, “o barco correr” quanto ao problema político central do poder dentro da universidade.

Agora, em vésperas da decisão pelo Conselho Universitário, os estudantes estão órfãos de qualquer orientação e, pior, são convocados para um conselho de centros acadêmicos no qual o DCE, convenientemente, apresentará a situação como um “fato consumado”, ou seja, nada mais poderá se fazer a não ser apoiar uma ou outra proposta antidemocrática.

Os estudantes não devem se comprometer com esta decisão antidemocrática

A Corrente Proletária na Educação, há anos vem defen-

dendo o voto universal, que é o critério mais democrático, não como um fim em si mesmo, nem com a ilusão de resolver os problemas da universidade, mas, como meio para colocar a questão do poder dentro da universidade e potencializar a organização estudantil.

Contudo, diante da gravidade da decisão que o Conselho Universitário vai tomar e, da ausência de um debate entre os estudantes que, sequer foram convocados em assembleia para deliberar seu posicionamento nem para escolher seus representantes, defendemos que **os estudantes não devem participar desta grave decisão**, pois estariam se comprometendo com a burocracia universitária.

O movimento estudantil deve defender que esta decisão seja tomada por uma assembleia geral universitária, pois a paridade foi definida no passado pelas entidades representativas dos estudantes, funcionários e professores na eleição do primeiro reitor eleito – Jorge Bounassar Filho– e referendada posteriormente pela estatuinte da UEL.

Só uma assembleia universitária pode mudar o regime de representação!

Londrina

Campanha pelos 10% do PIB naufraga no sectarismo

Em Londrina, o comitê pelos 10% do PIB ainda não saiu do papel. O naufrágio da campanha se deveu à debandada do PSTU, e posteriormente do PSOL, que não cumpriram o que foi decidido pelo comitê organizador criado. A Corrente Proletária na Educação defendeu desde o início que a campanha se estruturasse em torno da resposta revolucionária à crise da educação e que não se assenta no simples financiamento das instituições de ensino, mas sim, no ataque à coexistência do público com o privado.

A mistificação do financiamento como solução para o “problema da educação”, que o PSTU tentou colocar, serve apenas

à sua política parlamentar eleitoreira, portanto oposta à tarefa de mobilizar os estudantes em torno do programa de expropriação do ensino privado, sob controle proletário. Essa postura foi combatida desde o primeiro encontro do comitê pela Corrente Proletária.

Vendo que sua base estava se desintegrando, o centrismo não fez a mínima força para reverter o quadro e deixou que a campanha minguisse até morrer.

A Corrente proletária atuou disciplinadamente, cumprindo as tarefas definidas e os compromissos assumidos. Mas não deixou de defender sempre a mobilização nas ruas e o uso da ação direta para a conquista dos 10% do PIB.

Londrina:

Ato contra a repressão na USP

Os estudantes da Universidade Estadual de Londrina, através de seus centros acadêmicos e o DCE, organizaram o “Ato Contra a Repressão” que serviu para responder às afirmações fascistas e extremamente preconceituosas do ex reitor Marçal, como também para apoiar o movimento dos estudantes da USP, que heroicamente vem defendendo a autonomia e democracia da universidade, lutando pelo fim do convênio PM-USP

Wilmar Marçal, ex-reitor da UEL publicou uma matéria na imprensa apoiando as medidas reacionárias de Rodas na USP – militarização do campus. Este personagem aproveitou a ocasião para, mais uma vez, esculhambar com os estudantes da UEL se referindo à estes como sendo “mal cheirosos, terroristas, sequazes de Guevara, etc., mencionando, inclusive, que “vivem às custas do Estado” por “uma graduação, depois uma

pós-graduação e novamente outra graduação”.

Da mesma forma que Rodas na USP, Marçal já tentou emplacar um plano de segurança muito parecido com o de Rodas na UEL em 2007. O plano previa o cerco da UEL e policiamento do campus e a criação de uma assessoria de inteligência diretamente vinculada à reitoria, uma espécie de SNI. Naquela época, a reação do movimento estudantil impediu mediante passeatas, manifestações que se concretizassem o plano repressivo.

Tanto na UEL em 2007, quanto na USP, hoje, os estudantes só têm uma forma de enfrentar a escalada repressiva em curso: a ação direta e a organização independente da burocracia universitária e do governo. A luta dos estudantes da USP é exemplar – não aceitar a militarização do campus e derrotar a ofensiva repressiva contra os movimentos.

*Publicamos a posição da regional do POR no Ceará em defesa da greve,
da organização de base e das reivindicações do movimento docente.*

Decretar a greve geral interior e capital! Para garantir o piso na carreira e 1/3 de hora atividade já!

O governo do estado pagará transporte para os professores do interior e capital que quiserem vir para assembléia defender o fim da greve. A notícia pode nos deixar preocupados, mas tem de ser vista também como sinal de fraqueza e ou até mesmo desespero por parte da SEDUC. Ela fez, durante semanas, uma campanha de terror nas escolas para amedrontar os professores com processo administrativo, demissões etc. caso retornassem à paralisação. Se sua pretensão era fazer recuar a luta pelo piso e a carreira, pode-se dizer que fracassou: os professores continuam querendo a greve. Apesar das ameaças, os professores compareceram aos zonais nas seis regiões e comparecerão ainda massivamente à assembléia. A categoria, depois de 60 dias de greve, continua extremamente descontente, afinal o governo não contemplou sua principal reivindicação nos 30 dias de negociação com a SEDUC, oferecendo míseros 8% de reajuste e mantendo as duas tabelas.

A categoria demonstrou na última assembléia disposição de luta, apesar da confusão que a APEOC criou e do apoio lamentável que recebeu de alguns companheiros da rede de zonais, a exemplo do CRÍTICA RADICAL que capitulou diante das pressões da burocracia e aliou-se a ela para impedir a greve no dia 11. Como fizeram uma semitração à categoria, devido ao seu alinhamento com a direção da APEOC, a Rede de Zonais não pode vacilar, desta vez, e precisa travar uma batalha dura pela aprovação da greve já! O sentimento é de indignação geral no interior e capital. Não há outro caminho para se conquistar o piso na carreira. A direção da APEOC trabalhou sistematicamente em vários municípios fazendo campanha em favor do governo; mesmo assim não teve sucesso em cidades importantes como Sobral e Crato que reafirmaram o espírito de luta.

É verdade que o adiamento da greve tem diminuído a mobilização, mas não porque os professores tenham abandonado a luta, mas porque não podem garantir o mesmo ritmo de mobilização de antes, dando aula. O sentimento de impotência frente ao que aconteceu tem levado muitos companheiros, mesmo com boas intenções, a aceitar a “ajuda” do PSDB contra o governo Cid. Camaradas, todos sabem que a crítica do PSDB a este governo é puramente eleitoral, além disso, votou descaradamente com o governo a tabela maldita contra nossas reivindicações. Se os camaradas querem um espaço na mídia esse espaço será conquistado deflagrando a greve na sexta, garantindo um bom calendário de mobilização na semana seguinte, defendendo os métodos radicalizados de luta, e ganhando apoio de pais e estudantes que tem demonstrado interesse em apoiar o nosso movimento.

Geraldo Magela (FUNDEB), um vendido a serviço do governo

O reacionário Magela é pai, professor e presidente do FUNDEB. No lugar de fiscalizar a infra-estrutura das escolas e toda a bandeira que vem acontecendo (escolas que há 30 anos não passam por reformas, prestação de contas biônicas, assédio moral, perseguições e toda sorte de falcaturas) vem fazendo ataques à luta do magistério estadual que reage legitimamente contra a destruição do ensino público e as péssimas condições de trabalho. Com isso, o falso representante dos pais no FUNDEB age como ente governamental e faz o jogo de Cid Gomes tentando colocar pais e alunos contra os professores.

Não conseguirá!

Fortalecer a Rede de Zonais, nosso instrumento de luta!

Nesta quinta feira 24/11, acontece mais um grande ato organizado pela categoria no centro da cidade. Iremos mostrar à população que o governo Cid Gomes é o inimigo número um da educação; não garantiu nossas reivindicações e ainda destrói a atual carreira. Esse será um ato público organizado pela Rede de Zonais, um instrumento forjado na luta para garantir que nossa greve conseguisse chegar até onde chegou. A APEOC, governista, em colaboração com a neopelega CSP-CONLUTAS já anunciou o boicote a esta manifestação. De nossa parte nenhuma surpresa, mas convocamos a todos para dar uma demonstração de que poderemos levar esta luta e a greve mesmo sem essa direção traidora e vendida.

Os professores de base e outros organizados em correntes, cansados de servirem de massa de manobra para a pelegada da Apeoc, deram um vitorioso passo ao se organizarem nos zonais e daí na Rede de Zonais. Esta tem sido a única alternativa ao engessado comando de greve (comando que não comanda nada!) da burocracia sindical. Os atos de 7 de setembro e 24/11 (quinta-feira), a primeira ocupação na assembléia legislativa, a greve de fome e a tentativa de se ocupar o plenário da Assembléia, que terminou com 4 presos e a repressão foram obras da Rede de Zonais. Nós da Corrente Proletária na Educação/POR, que integramos também a Rede de Zonais, temos clareza de que para impedir a destruição da carreira (Lei 12.066) e conquistar o piso com 1/3 de hora atividade, será preciso o enfrentamento direto radicalizado contra o governo fascista de Cid Gomes/PSB/PT. Nessa luta, a Rede de Zonais desempenhará um importante papel. Mas dizemos também que nossa luta econômico-sindical deve apontar para a perspectiva da destruição do capitalismo pela revolução social. O regime do capital encontra-se em sua fase última, de decomposição e não pode reservarnos senão miséria, desemprego e violência. A monumental crise desse sistema, que já provoca horrores na Europa e EUA, chegará ao Brasil semicolonial e os governos do PT, PSDB e PMDB, tentarão salvar os banqueiros, descarregando a crise sobre nossas cabeças.

Depois de unir-se à Apeoc e ser vaiado nas assembléias, PSTU/CONLUTAS quer caluniar correntes de esquerda

O PSTU/CONLUTAS tem sido sucessivamente vaiado nas últimas assembléias. Motivo: traiu a categoria e aliou-se com a Apeoc. Não participa da rede de Zonais, foi contra o ato do 7 de setembro, queria suspender a ocupação da assembléia legislativa, defendeu o fim da greve junto com a Apeoc etcétera e etcétera. Na última assembléia, sua militante quase não conseguiu falar no microfone, interrompida por vaias e gritos de traidora vindos da multidão. A categoria, com justa razão, está indignada com a sua terrível conduta. A maneira, porém, que o PSTU encontrou para explicar estes fatos é a mais sórdida possível: diz que tudo é obra das correntes de esquerda (chamadas por eles de ultra-esquerdista) e até da Rede de Zonais. Os fatos falam por si e a difamação do PSTU reflete apenas seu indifensível desespero. Em todo caso, sua calúnia grotesca, (que não merece de nossa parte senão o desprezo) servirá ao menos para que a vanguarda veja com seus próprios olhos quem são e o que fazem os falsos marxistas do PSTU.

Capangas do sindicato metalúrgico do ABC reprimem a distribuição do Boletim Nossa Classe

Os militantes do Partido Operário Revolucionário distribuíam o Boletim Nossa Classe, de novembro, na entrada da Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo, quando foram golpeados por bate-paus do sindicato, que se identificaram como pertencentes à comissão de fábrica. Não se admite que sejam feitas críticas à política de conciliação da burocracia com as multinacionais.

O Boletim Nossa Classe divulgava a campanha entre os operários sobre a necessidade de derrubar a lei anti-greve, que vem sendo utilizada largamente pelo governo e pelos patrões para derrotar os movimentos. Trazia uma crítica à posição do sindicato metalúrgico de se submeter aos objetivos da Abimaq de criar um pólo tecnológico, em nome da defesa dos empregos. Isso quando a crise se aproxima, começa a cair a venda de carros e as montadoras ameaçam com as demissões.

Finalmente, o Boletim denunciava o gangsterismo no sindicato dos gráficos de São Paulo. A Força Sindical invadiu sua sede para impedir que se filiasse à CUT. Faz uma defesa da democracia e da independência sindicais.

A burocracia dos metalúrgicos do ABC, vinculada à CUT e ao PT, há muito vem se degenerando sob a política de colaboração e de submissão às multinacionais. Isso explica a violência com que combate a formação de oposição e o direito de expressão das correntes políticas no seio do sindicato e até mesmo nas portas das fábricas.

Essa não é a primeira vez que os burocratas da Mercedes procuram impedir que o POR distribua seu Boletim. Também temos conhecimento dos ataques sofridos por outras correntes políticas. É necessário que se faça uma ampla denúncia desse método alheio ao movimento operário e sindical.

Publicamos abaixo o boletim Nossa Classe que foi atacado pela burocracia do ABC:

Política Operária:

Lutar contra a Lei Anti-Greve

A lei anti-greve criou a indústria das multas contra os sindicatos. Qualquer greve é considerada abusiva. As multas diárias quebram financeiramente os sindicatos. Governo, patrão e Justiça descobriram um meio de atacar as greves ameaçando a burocracia sindical acomodada no aparato.

As greves enquadradas no critério de atividades essenciais, imediatamente sofrem penalidades, caso não mantenham a maior parte dos serviços em funcionamento.

Aquelas não consideradas essenciais, basta um dissídio, e o juiz impõe a sua suspensão. Com o julgamento do fim da greve, o juiz estipula altas multas, que atemorizam a burocracia dirigente.

Burocracia se curva diante da lei

A burocracia se livra da punição convencendo os grevistas de que o sindicato não pode arcar com as multas e que, para preservá-lo, é preciso suspender o movimento. A experiência demonstra que as multas milionárias servem de motivo para os dirigentes acabarem com as greves. Foi o que ocorreu na greve nacional dos trabalhadores dos correios.

Depois de 28 dias de resistência às pressões pela volta ao trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decretou o seu fim.

Os burocratas acataram a ordem judicial.

Como a lei anti-greve estrangula as lutas a indústria das multas é apenas um dos pontos de estrangulamento

das greves. Os piquetes são proibidos. Os patrões recorrem imediatamente à Justiça comum para que esta acione o interdito proibitório, que coloca a polícia contra os grevistas e a favor dos fura-greves. Para uma assembleia decidir sobre o início da greve, deve avisar com antecedência aos patrões ou ao governo. Uma vez alertados, recorrem aos meios punitivos e administrativos para combatê-la. A assembleia que decidirá pela greve tem de ser realizada em local fechado.

Essa parafernália substituiu a lei anti-greve da ditadura

militar. É fruto da chamada abertura democrática. O fato é que o direito de greve enunciado na Constituição não existe na vida real.

A greve tem de ser defendida como um direito irrestrito

Evidentemente, a burguesia não iria admitir o método da ação direta do proletariado como um direito a ser exercido plenamente. A razão está em que a relação entre a burguesia e o proletariado no processo de produção se dá por meio da luta de classes. Os operários se manifestam como força social perante os exploradores no momento em que paralisam a produção e se mostram senhores da situação.

A greve viola o direito de propriedade da classe capitalista.

Essa contradição não permite a nenhuma democracia burguesa incluir o direito de greve. Ao mesmo tempo, não é possível negá-lo integralmente. Resta à classe capitalista mutilá-lo.

A primeira condição de vitória do movimento grevista está em não se submeter à legalidade, que limita a sua potencialidade. A defesa do direito irrestrito de organização, manifestação e greve é inerente a qualquer movimento. Os ataques da burguesia e seu governo devem ser prontamente respondidos com a ação política das massas.

A greve não é “um direito constitucional”, mas um método de ação do proletariado na sua luta contra a burguesia.

A conquista do direito de greve é o resultado do desenvolvimento político da classe operária em contraposição ao domínio da classe capitalista.

A tendência é dos governos atacarem mais fundo a vida dos explorados e serem intransigentes às reivindicações mais elementares.

As experiências em que a lei anti-greve foi usada para derrotar os movimentos nos mostram a necessidade de se trabalhar a bandeira de fim da parafernália jurídica antioperária e pelo irrestrito direito de manifestação coletiva.

Deu no Tribuna Metalúrgica (3098)do ABC

A união entre a burocracia sindical e patrões traz benefícios aos trabalhadores?

Mais uma vez, a direção sindical dos metalúrgicos do ABC procura iludir os trabalhadores tentando demonstrar que é possível unir capital e trabalho para, através do parlamento, se aprovarem leis em favor das condições de vida dos explorados. Foi o que ocorreu no dia 27 de outubro, em que membros da burocracia sindical do ABC e diretores da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas) estiveram no gabinete do deputado Vicentinho para apoiar um projeto de instalação de um Pólo Tecnológico em São Bernardo.

O Pólo Tecnológico seria um local destinado a incentivar o desenvolvimento nas áreas de interesse dos grandes capitalistas do setor (principalmente das montadoras, mas também na área de defesa e aeroespacial). Afirmam que isso serve aos interesses dos trabalhadores. Nada mais falso. O tal Pólo não garante mais empregos, estabilidade e fim das demissões. Ajuda, sim, os empresários a diversificarem seus investimentos e garantirem lucros. É importante frisar que, principalmente agora neste momento de crise mundial, a burguesia ne-

cessita diminuir os custos da produção e, por causa disso, busca novas tecnologias, usando os mecanismos e os subsídios do Estado.

Para o setor de defesa, a intenção do governo é a de oferecer linhas de crédito super-financiadas para os capitalistas se instalarem na região. O alvo são os grupos multinacionais, que teriam um terço do capital das novas empresas.

Portanto, não podemos cair no conto do vigário. A defesa dos empregos, a abertura de novos postos de trabalho e o fim das demissões dependem da luta direta dos operários. Não virão por meio de projetos parlamentares, que procuram conciliar os interesses dos patrões com os da classe operária. O interesse do capitalista é a exploração da força de trabalho e de mais subsídios (isenções de impostos etc.) do governo. O interesse do operariado é o fim das demissões, a abertura de postos de trabalho, redução da jornada de trabalho, salário necessário para manter toda sua família e melhorias nas condições de trabalho. Como se vê, estão em campos opostos.

Está aí por que dizemos: *nossos interesses serão defendidos pelas nossas próprias forças.*

Gráficos-SP

Combater o gangsterismo sindical

A luta entre as duas maiores centrais sindicais pela conquista de mais sindicatos passa por disputas aparelhistas, como a que ocorre no Sindicato dos Gráficos de São Paulo.

No dia 13 de agosto de 2011, foi marcada uma assembléia no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo para debater o atual momento político sindical. Na pauta, havia a discussão sobre as centrais. Desde o momento que surgiram as centrais, o sindicato era filiado à Força Sindical. Mas, ultimamente, apareceu uma divisão, que agregou parte da diretoria, incluindo o presidente Márcio Vasconcelos. Tudo em função das finanças do sindicato.

Antes da assembléia, o Paulinho da Força solicitou uma reunião com a diretoria do sindicato. Nesta reunião, Márcio afirmou que, em virtude da discussão, muito provavelmente o Sindicato se desligaria da Força Sindical e se filiaria à CUT. O Paulinho disse que não iria permitir a saída dos Gráficos da Força e exigiu que se cancelasse a assembléia.

Na manhã do dia da assembléia, por volta das 6h, um grupo de aproximadamente 300 "bate-paus", comandados pelo funcionário da Força Sindical, Paulo Rogério (o Biri-ba), arrombou as portas do sindicato. Entrou no prédio jogando bombas de gás pimenta, agredindo as pessoas, quebrando computadores, armários e uma porta de vidro. Alguns diretores, que decidiram pernoitar no sindicato, foram agredidos. Somente depois de ter a certeza de que a assembléia não aconteceria, a Força saiu do local.

A assembléia para filiação à CUT só veio ocorrer no dia 20 de agosto. Mas, a disputa continuou. O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, alegou que a posição de filiação à CUT seria individual do presidente. Assim, fizeram uma reunião e lavraram uma ata pe-

dindo a destituição do presidente. O advogado ligado a esse grupo, Márcio Puccu, acusou Vasconcelos de ser investigado por "dilapidação do patrimônio do sindicato" e "abuso de poder".

Vasconcelos se defendeu dizendo que "desde o dia em que definimos pela filiação à CUT, existe uma pressão infernal sobre a diretoria executiva e parte da diretoria foi cooptada pela Força depois da decisão".

A Força conseguiu novamente tomar, no dia 29 de agosto, a sede do Sindicato, desta vez não mais saindo. Desde então, os dois blocos se digladiam. O setor ligado à Força, liderado pelo secretário geral Nilson do Carmo, encastelou-se na sede do sindicato. O setor ligado à CUT está provisoriamente instalado no prédio da CUT nacional.

Defender um sindicato de luta, democrático e independente dos patrões

Nenhum dos dois blocos informou aos gráficos o que realmente está acontecendo, nem organizam a classe para a campanha salarial. Apenas brigam pelo dinheiro governamental, que vem a rodo para os sindicatos. Trata-se, como se vê, de uma disputa aparelhista. Os trabalhadores estão à margem. A campanha salarial está emperrada. Os patrões aproveitam e oferecem apenas 6,7% de reposição, que não cobrem nem a inflação. Daí a importância de constituição de uma nova direção classista para atuar no seio da classe com um programa de defesa das reivindicações, de combate à burocracia sindical e de defesa da democracia sindical.

Nesta edição:

- Espanha: As massas arcam com a bancarrota econômica
- Governo militar mata manifestantes na Praça Tahrir
- Líbia divide as esquerdas
- Argentina: Balanço da intervenção da FIT nas eleições
- Bolívia: Por que um governo derrotado e isolado volta a atacar os diferentes setores?

Artigos do Cerqui



**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Eleições na Espanha

As massas arcam com a bancarrota econômica

A previsão de que o PSOE seria arrasado pelo PP se confirmou nas eleições de 20 de novembro. Os social-democratas terão 110 representantes na Câmara de Deputados e 48 no Senado; a direita vencedora, 186 e 136. Onze partidos menores, entre eles a Esquerda Unida (Partido Comunista da Espanha, Esquerda Socialista Andaluza, Coletivo Unidade dos Trabalhadores, etc.), somaram 54 deputados e 24 senadores. Como se vê, os 186 parlamentares e 136 senadores dão ao PP a maioria folgada.

Destacou-se o fato de partidos inexpressivos aumentarem sua representação. A Esquerda Unida passou de 2 para 11 deputados. Mas o mais significativo foram as abstenções e os votos nulos. Mais de 9 milhões de eleitores optaram por não irem votar. Somadas as abstenções com os votos nulos, quase se equiparam aos votos do PP.

Os números trazem outras revelações. O PP arregimentou 10,830 milhões de votos em nível nacional de um universo de 35 milhões de eleitores. Em relação às eleições de 2008, a direita teve um avanço de apenas 550 mil votos. O PSOE despencou: obteve 6,970 milhões de votos. Retrocedeu em 4,4 milhões de votos. Essa massa de eleitores da social-democracia, portanto, não se deslocou para o PP. Uma parcela se direcionou à Esquerda Unida e aos vários pequenos partidos regionais (PNV, BNG, UPyD, etc.) e outra, para a abstenção, voto branco e voto nulo.

Evidentemente, os quase 10 milhões que deixaram de votar, votaram em branco e nulo marcaram as eleições e indicaram que as massas não estão indo para a direita. Pelo contrário, rejeitaram a política antioperária e antipopular da social-democracia e não assumiram as posições da direita, principalmente o contingente de jovens – a maioria desempregada e disposta a travar a luta nas ruas. Os votos do PP e do PSOE somados atingiram 17,8 milhões do total de 35 milhões de eleitores.

O candidato vencedor, Mariano Rajoy, tem a missão de impor os planos de estabilização ditados pela Alemanha e França. O governo do PSOE, encabeçado por José Luiz Rodriguez Zapatero, sai do comando do Estado desmoralizado justamente por acionar medidas de proteção ao grande capital e não es-



tancar o desemprego. Em 2004, quando foi eleito, garantiu que seu governo preservaria as conquistas sociais.

A crise mundial, europeia e espanhola o obrigou a atacar fundo a vida das massas e a se curvar diante dos 400 maiores bancos europeu que formam a oligarquia financeira europeia. As medidas de cortes, privatizações e desemprego não fizeram senão agravar as condições de existência da maioria e a aprofundar as tendências recessivas. Esgotados os artifícios financeiros que impulsionaram a economia, particularmente o setor da construção civil, restou uma Espanha tomada pelo alto desemprego, endividamento impagável por parte da população, perda de suas habitações alienadas por empréstimos, falência financeira do Tesouro Nacional, recessão e pela submissão do País aos ditames das frações mais poderosas da burguesia europeia.

O governo da social-democracia serviu aos interesses dos banqueiros e dos grandes grupos empresariais nas condições de crise de superprodução e de alta concentração de capital parasitário, propiciando um ambiente econômico sem bases reais. Os limites dos negócios especulativos se impuseram a partir de 2008. A crise nos Estados Unidos logo atingiu a es-

cala mundial e manteve firme sua marcha desintegradora. A Espanha foi e é apenas um dos países europeus a ser arrastado para o precipício do endividamento, da quebra imobiliária, do fechamento de empresas e das demissões em massa.

Os explorados responsabilizaram o PSOE e puderam ver o papel de coadjuvante da oposição, representada pelo PP. A social-democracia e a direita fascitizante se revezam no poder, sempre impondo à classe operária e à classe média arruinada as condições dos banqueiros, do grande capital industrial e comercial.

A crise desmascarou as falsidades do PSOE. O que permitiu o PP se recolocar e arrastar a parcela dos votantes mais conservadora, acrescida de uma pequena parcela vinculada à socialdemocracia, na esperança de que é possível com um novo governo estancar a crise e os ataques antipopulares. Trata-se de ilusões típicas da democracia burguesa e das eleições. O maior contingente duvida que a troca de governo criará condições econômicas favoráveis. Não obstante, Mariano Rajoy não terá como ludibriar os explorados. Se lançará imediatamente a cumprir a meta de cortes orçamentários, aumento de impostos, arrocho salarial, etc. A dívida pública de 700 bilhões de euros e a situação precária de importantes bancos espanhóis, no quadro de agravamento da crise europeia, não permitem protelação e manobras.

A troca de governos em vários países golpeados pelas denominadas dívidas soberanas – Grécia, Itália, Portugal, Irlanda, etc. – indicam que a crise econômica vem se transformando em crises políticas, por enquanto limitadas a lutas interburguesas, embora façam parte delas os movimentos de contestação de rua. A necessidade de estancar o processo de quebra financeira, industrial e comercial colocou às claras os condicionamentos da oligarquia financeira e a hegemonia da Alemanha e França, que estabeleceram uma aliança para atuar por cima das fronteiras nacionais.

Os governos dos países devedores têm de dar conta das tendências de quebra econômica não só em suas fronteiras nacionais, mas também na Europa, e esta perante os Estados Unidos e Japão. Essa carga os obriga a atacar a fundo os empregos, salários e aposentadorias.

Os assalariados e a juventude não podem permanecer passivos. Observamos uma movimentação em toda a Europa das massas, que não vão mais à frente devido à ausência de uma direção revolucionária, capaz de expressar o descontentamento da maioria e centralizá-lo em torno de um programa de reivindicações, da estratégia proletária e por meio do método da ação direta.

A juventude na Espanha vem tomando iniciativas coletivas que assinalam o caminho da resistência, embora não esteja sob um programa e uma direção proletária. Milhões se frustraram perante uma social-democracia francamente subordinada às potências que ditaram a União Europeia, a Zona do Euro e impuseram os artifícios econômico-financeiros que concluíram com a bancarrota da Espanha.

O breve período de facilidades de empréstimos e de amplo endividamento sob a política social-democrata deu lugar à destruição maciça de postos de trabalho. Ocorre que a marcha da destruição de forças produtivas não indica que esteja perdendo terreno. A Espanha sentiu o impacto da desintegração capitalista, ao lado da Grécia, mais que outros países. A Itália que parecia em melhor situação não dista muito da bancarrota



Vizinho da Espanha, Portugal teve uma greve geral em 25/11

ta espanhola. O certo é que a crise é generalizada. A Europa ocidental está sofrendo os abalos de uma crise mundial, cujo alcance ainda é difícil de avaliar com precisão.

O governo de Mariano Rajoy começará implantando sem discussão as medidas que a social-democracia não encontrou condições políticas para fazê-lo. Uma das exigências da oligarquia financeira, da burguesia franco-alemã e das autoridades da UE é que Zapatero antecipe a posse do novo governo. O ultimato expõe o desespero dos capitalistas que não conseguem estancar a sangria no sistema financeiro.

A crise igualou a social-democracia e a direita fascitizante. Ambas as forças estão obrigadas a atender prontamente as necessidades dos financistas. No caso de uma fracassar, a outra toma o leme. A democracia e as eleições deixam transparecer o que há de mais opaco no funcionamento do Estado: a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. É o que mostra o processo político na Espanha.

A quebradeira impulsiona os atritos interburgueses. Que setores serão mais protegidos? O desemprego e os cortes salariais, por sua vez, empurram as massas a empunhar reivindicações próprias. Nesse quadro convulsivo, a burguesia necessita de um governo centralizador e autoritário, que discipline os choques interburgueses e esmague o movimento dos oprimidos. Tudo indica que o PP terá de trilhar esse caminho, com apoio da oligarquia europeia e norte-americana.

A classe operária espanhola poderá tomar a frente dos embates contra o plano de estabilização do novo governo. Há uma situação de ascenso geral na Europa. A burguesia procura sufocar a luta de classes em suas fronteiras e evitar que se dissemine em um movimento continental. A inexistência de uma direção revolucionária e o controle dos aparatos sindicais pela burocracia servem a essa estratégia capitalista.

A tarefa do internacionalismo marxista é a de defender o programa da revolução proletária, impulsionar a resistência dos explorados aos planos governamentais, levantar as bandeiras transitórias e trabalhar no seio das massas com o método da ação direta. As reivindicações econômicas e as bandeiras políticas comparecerão cada vez mais interligadas, de forma que a defesa do objetivo de organizar a luta pela tomada do poder deve ser colocada pela vanguarda com toda a clareza. O que implica uma vigorosa ação pela construção do partido marxista-leninista-trotskista e pela reconstrução da IV Internacional.

Governo militar mata manifestantes na Praça Tahrir

Abaixo a ditadura!

Em três dias de manifestações contra a ditadura chefiada pelo marechal Mohamed Hussein Tantawi, foram mortas 33 pessoas e feridas 1700. O gabinete civil de ministros pediu demissão, prontamente aceita pela Junta. E o governo militar prometeu eleições presidenciais para junho. Os militares massacraram os manifestantes e prometem democracia. Em resposta, no quinto dia, os manifestantes intensificaram a luta. No enfrentamento com a polícia, mais 5 mortos. O confronto sangrento indica a continuidade da ditadura de Mubarak.

No sábado, dia 19, as massas voltaram às ruas para protestar contra o continuísmo do regime de Mubarak e as manobras da Junta em manter o poder sob seu controle. Há nove meses atrás, as massas tomaram a Praça Tahrir e as ruas das principais cidades egípcias exigindo o fim da ditadura de Hosni Mubarak. Durante 18 dias, resistiram à repressão sangrenta. As Forças Armadas, finalmente, removeram o ditador, com anuência dos Estados Unidos.

O golpe branco foi uma forma de evitar o desmoronamento do velho regime e o avanço do movimento revolucionário das massas. O País passou a ser governado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, uma Junta militar. Para obscurecer a manutenção do regime, criou-se um gabinete civil de ministros.

As oposições burguesas e pequeno-burguesas, entre elas a Irmandade Muçulmana, a mais importante força, admitiram que a Junta conduzisse a transição para um novo regime calcado em uma nova Constituição. Por meio de eleições, se constituiria um governo representativo e as Forças Armadas passariam a respeitar a nova ordem. Um regime democrático burguês tomaria o lugar da ditadura de Mubarak, vigente por mais de 30 anos, modificaria o lugar dos militares, que desde a derrubada da monarquia do rei Faruk, em 1952, por meio de um golpe, passaram a decidir sobre o País.

A Junta não cumpriu o acordo de entregar em seis meses o governo a civis. Decidiu tutelar as reformas políticas, de maneira a não comprometer as instituições do regime montado por Mubarak. O sintoma mais flagrante de que a ditadura permanece em pé se manifesta na sistemática repressão às manifestações, que agora tomaram grande proporção e por isso foram ensanguentadas.

Mas há outros sinais. Os militares emitiram uma resolução de que, dos 100 membros que comporiam a Comissão eleita pelo Parlamento para parir uma Constituição, 80 seriam indicados pela Junta. E que o orçamento das Forças Armadas e a administração de empresas por elas exercida permaneceriam sob seu controle. Assim, atuariam por cima do governo e do parlamento.

Diante do descaramento da ditadura, a Irmandade Muçulmana convocou um protesto na Praça Tahrir. Foi reprimida. O movimento, ao invés de recuar, se potenciou. A Irmandade, sim, deu um passo atrás. Procurou esvaziar a mobilização, recuando o cancelamento do calendário eleitoral. Ao contrário, os manifestantes se agarraram à bandeira de Fora Tantawi.

Abriu-se uma crise política no seio do governo. Essa nova etapa da luta não é senão a continuidade do movimento revo-



Praça Tahrir volta a ser trincheira da luta contra o regime

lucionário das massas. Não puderam pôr abaixo o regime de Mubarak, nos 18 dias de combate e de sangue derramado pelos mártires. As Forças Armadas deixaram a repressão a cargo da polícia. Esperaram o amadurecimento da crise revolucionária. Observaram que mais de 800 mortos não abateram o ânimo dos explorados. Golpeados pela pobreza, desemprego e fome, decidiram dar um basta ao reacionário e corrupto governo.

Em comum com o imperialismo, os militares avaliaram que Mubarak estava liquidado, tratava-se de preservar o possível de seu regime. Afastou-se, então, o ditador, mas se preservaram as instituições da ditadura. “Vão-se os anéis, ficam os dedos.”

Se as massas em luta golpearam o ditador, no entanto, não tiveram condições de golpear a ditadura, assentada pelas Forças Armadas. Esse processo confundiu parte das esquerdas que caracterizou a remoção do ditador como resultado de uma revolução democrática. Assim, minimizou-se o golpe branco.

Certamente, a reação não impôs uma derrota ao movimento. Sob uma direção conciliadora - limitados a manifestações pacíficas e duramente atacados -, os insurretos refluíram à espera de novos acontecimentos. Recordemos que as Forças Armadas chegaram a ser saudadas pelo fato de ficarem à margem e não partilharem dos brutais ataques da polícia e das milícias. O que permitiu, também, uma margem de manobra para a direção conciliadora perante o golpe branco e a preservação do regime. No entanto, a Junta militar não estava disposta a ceder terreno a reformas democratizantes sem que fossem conduzidas por elas e cuidadosamente limitadas.

Nesses nove meses, a crise econômica mundial se agravou e com ela a situação do Egito. A repressão e as mortes ocorridas entre os dias 19 e 23 de novembro evidenciam o erro de se alimentar a ilusão de que as Forças Armadas não compartilharam da chacina comandada por Mubarak.

As limitações e contradições do movimento revolucionário dos explorados permanecem. Está condicionado pelo objetivo burguês e pequeno burguês de remover o velho regime pela reorganização das forças políticas por meio de eleições e do parlamento. Ocorre que a preservação do poder militar e da burocracia constituída pela ditadura impossibilita que haja de-

mocracia parlamentar plena. Eis por que o imperialismo resalta o caráter democrático das mudanças, ainda que receie a ascensão da Irmandade Muçulmana.

Os novos embates, pela contundência da repressão, indicam que há uma retomada do movimento de final de janeiro. Os golpistas sentiram a disposição de combate dos explorados e a crise política aberta pela renúncia dos ministros civis. Os Estados Unidos alertam para se prosseguir a abertura e evitar uma ruptura em que as massas se coloquem pela tomada do poder. Há que se dissolver a via revolucionária da solução de poder. Evidentemente, não há uma direção revolucionária para esse objetivo e, portanto, o levante não responde a um programa proletário. O que deixa mais tranquilos o imperialismo e a burguesia árabe.

Essas condições impossibilitam constituir um governo proletário e das massas oprimidas em geral, mas não impedem que o levante desmorone o regime e abra caminho para ascensão das forças opositoras burguesas e pequeno-burguesas sem o devido controle do imperialismo. As potências e a burguesia árabe temem que o levante dê lugar a um regime nacionalista e anti-sionista, calcado no islamismo. As lições da Revolução Islâmica no Irã são devidamente utilizadas pelos Estados Unidos e seus aliados como parâmetro histórico, mesmo que as condições estejam alteradas em relação a 1979.

Mas tudo indica que a Irmandade Muçulmana não pretende liderar o movimento para tomar o poder e sim negociá-lo com os militares. A solução almejada é a de reformar o regime político, com a participação dos militares e das forças da velha ordem que permanecem intactas. A casta que controla a economia deve transferir poderes para setores capitalistas e permitir que se reordene a supra-estrutura política e jurídica do Estado.

Os combates coletivos das massas e a capacidade de resistência à violência contrarrevolucionária temperam os explorados. E possibilitam que comecem a resolver a ausência da direção revolucionária. Sem um programa e o partido, é impossível concluir a revolução democrática.

Para o democratismo pequeno-burguês, bastou a queda do ditador para que esta assim se caracterizasse. Agora, se diz que há uma retomada pelas massas. Para o marxismo, a revolução

democrática é prólogo de uma revolução proletária. Nenhuma tarefa pendente do capitalismo semicolonial pode ser resolvida sob um governo burguês, por mais democrático que seja.

Essa posição programática não nos desobriga a reconhecer que objetivamente as massas sublevadas protagonizam um movimento revolucionário de caráter democrático. Por isso são fundamentais as bandeiras da democracia revolucionária, contrapostas às manobras da Junta militar e do imperialismo, bem como contrapostas à estratégia democratizante da oposição burguesa e pequeno-burguesa. Por meio das bandeiras democráticas radicais, é possível que a vanguarda ajude os explorados a se emanciparem das direções burguesas.

É decisivo rechaçar qualquer solução apresentada pela Junta e qualquer acordo da oposição com os militares. A ditadura deve ser liquidada, o que implica desintegrar as Forças Armadas e todo aparato repressivo. As armas devem passar para as mãos dos explorados mobilizados e organizados. Os organismos de democracia proletária que brotaram no levante popular precisam ser ampliados para todo o Egito. O governo revolucionário deve emergir dessa organização e ser garantido pelo povo em armas. Com esse programa, é possível convocar uma Constituinte, cuja função será a de consagrar o novo poder das massas, portanto, sob a direção da classe operária em aliança com os camponeses e setores da classe média urbana.

A bandeira de uma Constituinte revolucionária está colocada na situação em que os militares, o imperialismo e a oposição conciliadora recorrem a fraudes democráticas. Mas deve vir acompanhada da tarefa de armamento da população e constituição de um governo operário e camponês.

Abaixo a Junta Militar!

Liquidação do regime de Mubarak!

Por uma constituinte soberana, convocada por um governo revolucionário!

Pela organização dos explorados em assembleias populares e em conselhos!

Armamento da população!

Expulsão do imperialismo!

Pela independência e autodeterminação do Egito frente às potências!

23 de novembro de 2011

Líbia divide as esquerdas

Temos exposto as posições do POR e nos delimitado das demais correntes. Pode parecer excesso o zelo com que acompanhamos os acontecimentos na Líbia e o rigor com que criticamos as esquerdas. Não obstante, lamentamos ter de nos valer do noticiário da imprensa imperialista ou pró-imperialista, ainda que com extremo cuidado. É o preço que pagamos pela inexistência organizativa da IV Internacional. Mas com o método de análise que aprendemos aplicando o marxismo em nosso país e nos acontecimentos mundiais nos é possível filtrar as falsificações dos porta-vozes do capital e identificar na conexão dos fatos as tendências internas e externas, no caso, envolvendo a Líbia.

Notamos que, via de regra, a imprensa da esquerda mais expõe o noticiário e tira uma conclusão final, quase sempre genérica. Parece-nos que está tomada de um certo intelectua-

lismo periodista. O fundamental está em que as esquerdas se dividiram em suas formulações, explicações e bandeiras diante do processo político e histórico que destruiu o governo autocrático de Kadafi e culminou com sua execução.

Procuramos sintetizar um balanço final, que coincide com a liquidação física do autocrata. E dedicar uma atenção especial às posições do Partido Obrero, que somente agora pudemos estudar e verificar sua importância.

O estalinismo e o trotskismo diante da derrubada de Kadafi

Os partidos comunistas castristas e nacionalistas se aferraram na defesa do governo de Kadafi sob o argumento de que o levante de fevereiro em Benghazi não passava de uma conspiração montada por agentes do imperialismo. Contrapuseram

se à bandeira de abaixo Kadafi. Simplesmente desconhecaram o esgotamento do regime despótico que desde os anos 90 havia abandonado definitivamente o nacionalismo e assumido uma diretriz pró-imperialista. Não vamos citar dados, fatos e acontecimentos comprobatórios, uma vez que já o fizemos e também toda imprensa de esquerda que se colocou em favor do levante armado das massas para liquidar a ditadura de quatro décadas de existência.

Os estalinistas, castristas e nacionalistas saíram em defesa do regime de Kadafi diante da guerra civil que se abriu logo após a repressão a uma manifestação pacífica em Benghazi. Não reconheceram que a revolta iniciada no leste da Líbia era parte do movimento revolucionário que se abriu na Tunísia contra as ditaduras e monarquias árabes. Movimento esse que deveria ser identificado pelas tendências instintivas dos explorados de se livrarem de governos que lhes impunham a pobreza e miséria e pela ausência da direção revolucionária. Portanto, jamais confundindo o levante das massas com sua direção pequeno-burguesa e burguesa, via de regra, armada ideologicamente pela religião islâmica. E jamais desconhecendo a impossibilidade de uma revolução democrática sob tal direção. A defesa do governo de Kadafi contra o levante de fevereiro no leste não expressou uma posição antiimperialista, mas antirrevolucionária.

A defesa da bandeira de *Abaixo Kadafi* separou o trotskismo do estalinismo. Com a intervenção do imperialismo, a situação muda qualitativamente. O estalinismo denunciará corretamente os interesses econômicos e militares das potências. Mas o fará caracterizando fraudulentamente Kadafi como antiimperialista e progressista. Os bombardeios da OTAN pareceram dar-lhe razão. Mas o regime estava carcomido pelo entreguismo, pela corrupção e pela separação da casta familiar das massas líbias. Não foi capaz de esboçar qualquer reação contra as potências com apoio de parcelas majoritárias da população. Os compromissos contraídos por Kadafi com banqueiros internacionais serviram-lhe de força no final de seu governo.

Divisão entre as correntes que se reivindicam do trotskismo

Como já desenvolvemos largamente nossas divergências com o morenismo, vamos sintetizar ao máximo. O PSTU não faz uma diferença qualitativa entre o movimento inicial de Benghazi e o seu posterior desenvolvimento com a aplicação da resolução 1972 da ONU, que serviu de máscara ao colonialismo norte-americano e europeu. A LIT-QI, corrente internacional morenista, a qual o PSTU é vinculado, tem a virtude de justificar sua linha que combina a bandeira de *Abaixo Kadafi!* com a de *Fora a OTAN!* Escorou-se na tese de que havia duas guerras, uma travada pelos líbios insurretos e outra pelo imperialismo. Coloca-as caprichosamente em linhas paralelas, cujo ponto de intersecção cabe ao Governo Nacional Provisório (CNT). Colocou-se a questão se se podia manter uma posição revolucionária sustentando as duas consignas, cujos conteúdos eram opostos. O *Abaixo Kadafi!* significava apoio ao levante armado do povo líbio contra a autocracia. O *Fora a OTAN* implicava a defesa de Kadafi, no sentido de que somente os líbios poderiam pôr fim a seu governo.

O POR sustentou que a bandeira inicial de Abaixo Kadafi já não poderia ser mantida nas condições de intervenção imperialista. Essa muda de conteúdo revolucionário para contrarrevolucionário. O PTS, no Brasil, LER-QI, manteve a mesma posição do PSTU, compatibilizando as duas bandeiras. Tomamos, agora, consciência que o PO não escapou desse brutal erro. Não encontramos material de polêmica dos altamiristas com os morenistas. Talvez não tenham encontrado um motivo, já que no essencial estava de acordo com os morenistas. Já o PTS armou uma divergência com a LIT-QI. Caracterizou a derrubada de Kadafi como obra do imperialismo e não de um levante revolucionário. Convergiu com nossa caracterização. Porém, não explica por que manteve a bandeira de Abaixo Kadafi em meio aos bombardeios da OTAN.

PO diz não ser aplicável a formulação de Trotsky

Em 31 de março, Jorge Altamira, publicou em Prensa Obrera um artigo intitulado “Duas semanas de outra intervenção da Otan”, no qual formula a defesa combinada de Abaixo Kadafi com Fora a Otan. Coincide com o morenismo em afirmar que no caso da Líbia não se aplica a recomendação de Trotsky, em sua conhecida entrevista a Mateo Fossa, de que se o imperialismo atacasse o governo semifascista de Getúlio Vargas, do Brasil, haveria que defendê-lo, sem apoiar sua política burguesa. Assim formula Altamira: “A diferença na Líbia é que, além do fascismo nativo, temos um movimento de massas contra o regime opressor, ainda que sob uma direção contra-revolucionária. É a partir dessa caracterização que assentamos nossa posição em três colocações: Fora Otan, Abaixo Kadafi, Assembleia Constituinte Soberana, pela união da revolução árabe – laica e socialista. Os problemas militares da revolução líbia devem ser resolvidos por meios e programas revolucionários, e em primeiro lugar, a expulsão do imperialismo em todas as suas formas”.

Procuramos nos artigos de Prensa Obrera uma análise dos acontecimentos e de sua evolução e não encontramos, a não ser citações e mais citações da imprensa, como fotografias congeladas de situações. E nos deparamos com elucubrações sobre “o dilema digno da Otan”, se apenas estabelecia uma zona de exclusão mantendo Kadafi e seu exército, ou se os destruiria. Os morenistas do PSTU são consequentes em afirmar que a presença das massas descartava a posição de Trotsky. Estava configurada uma revolução democrática, que derrubaria o regime. Identificada a contradição criada pela intervenção imperialista, o desfecho também seria contraditório, cabendo aos revolucionários se colocar do lado das massas em defesa do Abaixo Kadafi. Trata-se de um artifício, mas pelo menos se procura uma explicação. Altamira simplesmente solta no ar sua formulação.

Desenvolveu-se uma revolução democrática, por meio da qual as massas destruíram o regime ou esta foi abortada com a intervenção? A oposição de Benghazi se mostrou incapaz de levantar a maioria contra Kadafi. Única possibilidade de superar sua enorme inferioridade militar. Constituiu uma direção que logo se mostrou contrarrevolucionária. Admitiu a intervenção das potências. E passou a depender econômico e militarmente do imperialismo. Benghazi estava cercada e derrotada pelas forças kadafistas, quando o céu foi tomado por

aviões da trica Estados Unidos, França e Inglaterra, e depois centralizados pela Otan. A devastação da Líbia se deu fundamentalmente pela máquina de guerra dos colonialistas. A oposição armada pôde avançar contra Trípoli e se fortalecer em função da intervenção externa e da falência do governo de Kadafi em constituir uma resistência baseada no armamento de parte da população. Quem derrubou Kadafi, em última instância, foi o imperialismo.

Na contradição aludida pelos morenistas, é imperioso explicar a aliança da oposição com as potências. Para PO nada há o que ser explicado sobre o processo concreto de choque armado que concluiu com a tomada de Trípoli, recuo do governo deposto para Sirte e finalmente a execução de Kadafi. Nenhum passo de derrubada do regime foi dado pela oposição armada sem que seguisse o caminho aberto por milhares de incursões da Otan. Defender “Abaixo Kadafi” nessas condições significou desconhecer o princípio marxista da autodeterminação das nações oprimidas.

Se as massas estão fartas do governo opressor e estão sob a direção pró-imperialista e se mostram cegas diante dos bombardeios dos carneiros do mundo, não podem protagonizar uma ação revolucionária. Assim, as correntes que mantiveram o Fora Kadafi sob o fogo das potências neutralizaram a bandeira de Fora a Otan. Sem que um setor da oposição rompesse com as posições pró-imperialistas do CNT e ganhasse força entre as massas com a bandeira de Fora a Otan e de derro-

tar os invasores para liquidar o regime autocrático, não havia possibilidade de se configurar uma derrubada progressiva da autocracia.

Não Altamira, não é correta a afirmação de que não se aplicava no caso da Líbia a recomendação de Trotsky. O senhor levou PO a violar um princípio caro ao marxismo. Se a militância de sua organização reler com cuidado a sequência dos escritos sobre a Líbia, publicados no Prensa Obrera, verá o quanto PO errou em suas hipóteses e o quanto foi inconsequente em sua negativa em aplicar a orientação de Trotsky. PO foi uma das últimas correntes a se pronunciar sobre a execução de Kadafi. Somente no Prensa Obrera de 3 de novembro apareceu um artigo assinado por Martín López, intitulado “Líbia depois da morte de Kadafi.” Não passa de uma colagem de notícias e declarações da imprensa internacional. Nenhuma palavra foi destinada a explicar o significado do acontecimento. Afinal, a bandeira de Abaixo Kadafi foi concretizada não apenas com a tomada de Trípoli, mas também com a tomada de Sirte e com o assassinato de Kadafi.

Os morenistas do PSTU bateram bumbo. O PTS diluiu o acontecido, mas evidenciou que o fim de Kadafi foi obra do imperialismo. Faltou explicar como compatibilizou as duas bandeiras contraditórias. E PO ignorou completamente que o fim de Kadafi e de seu regime resultou da coalizção entre a oposição e o imperialismo. O artigo “Libia depois da morte de Kadafi” é uma vergonha para os marxistas-leninistas-trotskistas.

Argentina: Balanço da intervenção da FIT nas eleições

Uma contribuição para criar mais ilusões na democracia burguesa

O PO e o PTS apresentam como um triunfo os resultados na eleição de 23 de outubro. 500.000 votos para Presidente e 160.000 a mais para os deputados (que votaram para presidente em Kirchner), sem obter cargos de deputados, que era seu objetivo principal na campanha.

Do ponto de vista numérico, o resultado não é significativo já que a votação para Presidente de 497.000 votos, 2,31% é semelhante aos resultados eleitorais anteriores de todas as forças de esquerda que fazem parte da Frente.

É um resultado pobre se levarmos em conta que esta é a primeira vez que a esquerda compete eleitoralmente em um só bloco e contra não mais que seis candidatos a presidente. Uma situação excepcionalmente favorável, a qual se soma a quantidade de spots de rádio e televisão e entrevistas à imprensa por vários meses como nunca antes na história eleitoral da esquerda.

É pobre, acima de tudo, pela natureza mesquinha, democrata, de seu discurso. Tendo a oportunidade de dirigir-se a milhões de ouvintes, privilegiaram a mensagem social-democrata, vergonhosa, para reivindicar a entrada de deputados ao Congresso, totalmente despolitizado em termos de classe. Como já mencionamos, não fizeram a crítica ao parlamentarismo, nem nunca levantaram que somente através da ação direta as nossas reivindicações serão impostas (ao contrário repetiram spots dizendo que para conseguir nossas reivindicações

teríamos de colocar deputados no Congresso). Fizeram um esforço notável para aparecerem “civilizados”, pensando que assim iriam captar mais votos, mas fracassaram como nas campanhas anteriores. Novamente, é demonstrado que não basta o discurso manso para ganhar votos.

Assim, contribuiram para o circo eleitoral mostrando que “todos os setores estão representados”. Nós dizemos que: a classe operária, seu programa, sua estratégia revolucionária, não estiveram presentes na campanha, nem nas listas de candidatos que participaram da eleição.

Porcentagens significativas de votos brancos e nulos expressam um setor que não se sente representado pelas alternativas eleitorais apresentadas.

Notável é o caso de Neuquén, onde tinham uma bancada na legislatura provincial, onde têm reconhecidos líderes sindicais, e acabaram tendo um grande declínio na votação.

Chamamos à reflexão a militância das organizações de esquerda. A classe operária necessita de política revolucionária, não democrata, suas bases, que tanto esforço militante tem realizado devem tirar as conclusões para onde os levam suas direções que abandonaram o campo da independência de classe que alegam defender. Tais políticas são um obstáculo à tarefa de construir o partido revolucionário, alimentam as ilusões no parlamentarismo.

Altamira usou repetidamente a expressão de que “recolhe-

ram as melhores tradições socialistas”, corrigimos, socialista em termos social-democratas. Não foi uma campanha baseada nas tradições comunistas, revolucionárias dos socialistas que propagandeavam as idéias da classe operária nos processos eleitorais, chamando a confiar exclusivamente em suas próprias forças ao invés de dizer que as conquistas serão alcançadas no Congresso.

Seus spots de rádio dizendo que para conquistar suas reivindicações teriam de eleger os deputados tiveram de ser corrigidos por outro que dizia que para fortalecer a luta por nossas reivindicações teriam que conseguir deputados... Em vez de dizer claramente que não devemos pagar a dívida externa, diziam: “não utilizar os fundos da Anses para pagar a dívida externa” (o que não é errado)... mas não dizem claramente para não pagar a dívida.

Na sua carta aos eleitores kirchneristas, Altamira disse: “Sem os deputados operários e de esquerda no Congresso e uma Frente de Esquerda em todo o país, a enorme crise capitalista em curso no mundo vai arrancar as conquistas sociais mais elementares dos trabalhadores e sua própria independência nacional”.

A única coisa que pode impedir que a crise capitalista em curso no mundo arranque as conquistas sociais mais elemen-

tares... é a ação enérgica, resolvida, decidida, unitária da classe operária, recuperando seus sindicatos, pondo em pé um partido revolucionário para orientar as lutas organizando uma greve geral convocada a ocupar as fábricas, bloquear as estradas...

Quem diz que deputados fazem falta está jogando areia nos olhos dos trabalhadores.

As organizações membros da FIT lançaram nas últimas semanas a idéia de construir um grande partido dos trabalhadores para coroar organizativamente a sua política democratizante.

Esta não é a organização que os trabalhadores necessitam colocar em pé. Resolver a crise de direção é construir o partido revolucionário, de quadros profissionais, baseado no programa da revolução na Argentina, como parte da revolução socialista internacional, orientada no âmbito da estratégia da ditadura e revolução proletárias. Um partido que reafirme que somente através da destruição do Estado burguês expropriando da burguesia os meios de produção, se poderá começar a construir o socialismo. Um partido que assinala insistentemente que não há vias pacíficas, parlamentares para o socialismo

(Do “Massas” argentino nº 254, de 8 de Novembro de 2011)

Argentina:

Os resultados das eleições mostraram um forte apoio, ainda que passivo, aos candidatos que defendem a ordem capitalista

O governo que toma posse em dezembro próximo, como resultado de eleições gerais de 23 de outubro, já é nosso conhecido. Não haverá mudanças essenciais.

Os setores populares votaram massivamente em Cristina Kirchner. No entanto, o governo não será popular, no sentido de representar os interesses da maioria da população. Esse governo é a representação política da burguesia à frente do Estado, da ínfima minoria que tem o poder real. O que importa realmente é para quem se governa. Que é bem diferente de caracterizar o governo pela quantidade de votos que teve ou qual setor votou nele.

O governo chamou à unidade, assim que teve o resultado das eleições, dizendo que vai “governar para todos”. Mas nós sabemos que é impossível governar para todos. O país está dividido em classes sociais antagônicas e inconciliáveis. Uns poucos são donos dos meios de produção, cada vez mais ricos, com maior concentração de poder, e podem fugir com bilhões de dólares para o exterior. Do outro lado, a grande maioria vivendo na pobreza, não recebendo nem mesmo o custo da cesta familiar, que não tem emprego fixo, que não tem acesso às condições mais elementares de saúde e educação pública, esgotos, ruas asfaltadas, habitação, etc. Governa-se para proteger os interesses e os negócios da minoria contra a maioria. Isto é o que chamamos ditadura da burguesia, mesmo que legitimado por 20 milhões de votos para os candidatos que sustentem o

sistema capitalista.

Kirchner dá evidências de que tipo de unidade está formando. Visitando Coninagro uma das organizações da Mesa de Enlace. Chegando a um acordo final com Siderar. Visitando Perez Companc, para inaugurar a ampliação da fábrica de macarrão de Molinos. E pedindo aos trabalhadores para que renunciem as suas reivindicações. Esse é o seu objetivo de pacto nacional, unidade e concórdia com os poderosos para amordaçar os trabalhadores.

Para dizer que a **democracia** se fortalece, nos lembram que fizeram sete eleições presidenciais desde 1983, e que o Congresso funciona, que esta é a terceira eleição presidencial depois da revolta popular de 2001/2, reivindicando “que se vão todos”, que se mantém uma elevada participação de eleitores, que é o mais longo período democrático, etc. Mas nada mais podem acrescentar.

A realidade mostra cruelmente outros traços, a verdadeira cara do regime político:

* Essa democracia mantém 5.000 lutadores processados por protestar, e cada dia somam-se outros como Pitrola e Ripoll, há poucos dias Sobrero e vários ativistas da ferrovia foram detidos,

* Milhares de repressores da ditadura ainda estão soltos, apenas 18 foram punidos pelo maior campo de concentração da ditadura, a ESMA, onde 5.000 foram detidos,

* Os grupos econômicos que se beneficiaram da ditadura continuam a operar e estão se tornando cada vez mais poderosos,

* A enorme dívida externa contraída pela ditadura e da transferência para o Estado da dívida externa de empresas não só não foram investigadas, como foi tudo pago,

* As leis, os negócios, a estrutura jurídica herdados da ditadura não foram desmantelados,

* As negociatas da era Menem não foram desmontadas, a grande burla das privatizadas ainda continua em pé,

* Não se desmontou o aparelho repressivo, a polícia “gatilho fácil” mata centenas de jovens a cada ano, continuam atuando os serviços de inteligência contra o ativismo operário e da juventude

* As prisões estão cheias de presos em condições degradantes na grande maioria de humildes. Os poderosos fogem, matam, traficam, mas não são presos.

* As gangues ligadas à burocracia agem para reprimir brutalmente os trabalhadores quando saem à luta, agindo como uma força repressiva terceirizada, complementando as ações da justiça e da polícia,

* O Estado utiliza todos os recursos para impedir a democratização da vida sindical, garantindo o muro de contenção da burocracia,

* A lei dos partidos políticos impõe condições que limitam a ação política, o Estado intervém ativamente na sua vida interna,

* O governo no ano passado foi feito sem um orçamento aprovado, e sim através de decretos de necessidade e urgência, sem o controle do uso dos recursos. Como se decidiu a distribuição de 60 bilhões de pesos em subsídios?

* A atuação das máfias substituiu qualquer mecanismo transparente nos negócios do Estado...

Podemos citar numerosos exemplos e aspectos relacionados ao funcionamento do regime político, mas os mencionados dão uma idéia do todo.

É mentira que a democracia está se aprofundando e que temos uma melhor qualidade democrática, o processo indica o contrário. O que vivemos é uma farsa de democracia, que nada tem a ver com a democracia burguesa que foi conhecida há muito tempo atrás nas potências imperialistas.

Vão nos dizer que muitas dessas questões mencionadas não são de agora, nem são exclusivos do Kirchner, mas que vêm de muito antes, o que é verdade. Como também é verdade que não foram revertidos, que há uma continuidade entre os governos e a ditadura, que essencialmente nada mudou, o que exprime, portanto, a continuidade da mesma classe no poder, em diferentes formas. Estamos dizendo que essa democracia burguesa é a mesma coisa que a ditadura? Claro que não. Há muitas maneiras diferentes de manter a dominação da burguesia e do imperialismo. Quando estas formas estão esgotadas e não se pode conter a revolta popular, usarão as formas repressivas (que surgem a cada luta radical).

Dizemos que nesta época de decadência e putrefação do capitalismo é impossível melhorar ou aprofundar a democracia. Podemos afirmar que as características que pontuamos acima irão aprofundar sob o capitalismo, porque a burguesia é parasitária, traficante de drogas, especuladora, antinacional e que

essas características são definitivas e não podem ser revertidas pela ação de um governo de sua classe.

Em uma economia altamente concentrada não há concorrência, há influências, pressões e relações quase mafiosas para se apoderar dos negócios e obter privilégios no acesso aos recursos do Estado. Com esta monopolização crescente da economia, é impossível que não atinjam a superestrutura política e que não expressem em todos os níveis do Estado.

Um setor de oposição alerta sobre os perigos da hegemonia e do autoritarismo do governo ao ser capaz de controlar ambas as casas do Congresso e gerenciar recursos substanciais. Certamente, um governo que tem a maioria no Congresso e tem o apoio das direções sindicais é um governo que tem a capacidade de suportar a pressão e de disciplinar os setores rebeldes. Mas tudo isso vai começar a diluir, com o aparecimento dos sintomas da crise e a limitada margem de manobra para lidar com ela. No passado, Kirchner teve a maioria no congresso e sem dúvida não utilizou esse poder para introduzir quaisquer medidas significativas contra os interesses capitalistas.

A maioria das pessoas que têm expectativas neste governo poderá comprovar novamente que se o kirchnerismo não adotou medidas populares, não foi porque a oposição lhe colocou obstáculos no Congresso, mas sim porque não pretendia tomar medidas nesse sentido. O que não fez em 8 anos de governo tampouco o fará agora.

A oposição burguesa ao governo fracassou completamente ao pretender impor-lhe a linha política através do Congresso e discutir algumas leis, como o Orçamento, o que custou uma maior fragmentação e isolamento dos eleitores.

As eleições são uma ficção de que todas as alternativas políticas possíveis estão representadas e se escolhe livremente entre elas. A voz da classe operária não esteve presente nem nas siglas nem nos candidatos, a voz que expressa claramente que através das eleições e do congresso não se pode transformar o país. Que as nossas reivindicações são alcançadas apenas através da luta, da ação direta das massas. Que devemos acabar com a propriedade privada dos meios de produção e que esta é a condição para começar a construir o socialismo. Para que a crise seja paga pelos capitalistas temos de expropriá-los e ordenar a economia por outras bases. A esquerda fez um papel lamentável de legitimação do sistema ao nunca ter levantado em sua campanha pública o caráter das eleições, ao contrário, enfatizou a importância de ter deputados, de ter um bloco no Congresso, e que desta forma as reivindicações seriam resolvidas. O fracasso na tentativa do intento não é desculpa para deixá-los no esquecimento sem uma crítica aos danos que eles fazem na vanguarda.

As formas burguesas democráticas são o melhor envoltório com que se cobre a ditadura dos capitalistas, é o melhor regime, porque uma grande faixa das massas é iludida achando que este é o melhor sistema e de que não há outra possibilidade. A elevada afluência às urnas, o voto em partidos que defendem o sistema capitalista, refletem as fortes ilusões democráticas que aninham as massas. Embora se deva notar que não existe uma mobilização, uma ação militante da classe operária para apoiar este voto.

O voto em Cristina expressa também a tutela do nacio-

nalismo burguês, do peronismo, sobre as massas. Apesar de seu discurso ser morno e adocicado ao evocar as figuras de Perón e Evita, isso basta para alimentar a ilusão. Os meios de comunicação burgueses destacam que é a primeira vez que ocorrem três períodos presidenciais contínuos com a mesma força política. E que ganhou esta eleição com a maior margem e número de votos. É a expressão de que as medidas desesperadas, adotadas pela burguesia para conter a radicalização das massas, tiveram efeito. E que a classe operária não foi capaz de resolver sua crise de direção, para liderar a rebelião. Qualquer política de governo é influenciada por essa origem e não pode ser negligenciada.

As conquistas obtidas nestes anos têm a ver com o fato daquele levante não ter sido derrotado, apesar dos enormes esforços para desviá-lo e arrancá-lo de sua base de apoio. As liberdades democráticas, paritárias, lutas sindicais, condenação de repressores, é mérito do movimento de massas e da luta, não do governo.

O fato de ocorrerem eleições primárias e gerais com participação maciça não é uma demonstração de participação livre e democrática. Os partidos foram condicionados por uma forte intervenção do Estado que, com suas restrições, impediu que vários partidos se apresentassem às eleições presidenciais, incluindo o Projeto do Sul e, em algumas províncias, impossibilitou a apresentação de numerosas organizações.

A seleção dos candidatos e dirigentes nos partidos continua sendo a “dedo”, desde cima, não há processo democrático dentro dos partidos políticos, os que mandam escolhem quem e em que ordem estarão nas listas. Se o objetivo da reforma eleitoral era o de reorganizar os partidos políticos, para fortalecê-los e garantindo a luta interna e a escolha democrática, esse objetivo fracassou, já que os partidos chegaram às primárias com suas listas fechadas. Não será uma lei que resolverá o processo de desintegração e dissolução dos partidos políticos. Da “nova política” que se propunha, não existe nada.

Um mérito da reforma eleitoral, sem que tal possa ter sido a intenção de quem a promoveu, foi que pequenas organiza-

ções políticas, ou com poucos recursos, puderam atingir todo o país com a sua propaganda de rádio e televisão. E não se sentiu como em campanhas anteriores o peso esmagador dos mais poderosos que dispõem de milhões de dólares para inundar os meios de comunicação com publicidade, escondendo o resto dos partidos. Isto certamente será revisado para que não volte a acontecer. O Governo arranjou uma máquina de propaganda permanente, sob o pretexto de fazer frente com a “mídia hegemônica” dirigida a anestesiá-la população com suas “realizações”, mostrando o tempo todo como cuida dos mais humildes.

Os setores mais recalcitrantes com um discurso de direita foram esmagados nas urnas, outros desapareceram ou se retiraram antes da peleja, como Cobos e Macri. Será dentro das fileiras do próprio governo, um conglomerado heterogêneo e contraditório, onde serão disputadas as políticas da burguesia, ainda mais agora com a oposição esfarrapada.

O governo vai usar esse capital político para fazer ajustes na economia, especialmente na área de tarifas para baixar o nível dos subsídios. Está em marcha um pacto social para tentar disciplinar os trabalhadores, impor tetos salariais e obrigar a aceitar os ajustes que virão junto com os tarifários.

Os trabalhadores devem ficar alertos porque a crise mundial será descarregada em suas costas por meio de demissões, suspensões, a remoção de horas extras, a tentativa de suspender ou colocar limites para as negociações salariais. Somente os trabalhadores podem impedi-los, através das medidas de ação direta que adotem. Nenhuma confiança no governo.

O partido revolucionário deve avançar com seu trabalho de agitação em torno das reivindicações mais sentidas das massas. Promovendo sua organização independente e seus próprios métodos de luta, combinada com a propaganda sobre a estratégia da classe, reafirmando que este sistema não pode ser reformado, é necessário acabar com ele antes que seja tarde demais.

(Do “Massas” argentino nº 254, de 8 de Novembro de 2011)

Bolívia:

Correta caracterização da situação política e a tática que se deve tomar

O Estado, independentemente da sua natureza de classe, é sempre um poder compulsivo. Concentra em suas mãos a capacidade de exercer força (leis, exército, polícia) para impor ao conjunto da sociedade a política destinada a defender os interesses de classe que representa. No nosso caso, o “Estado Plurinacional” é uma variante não tradicional do Estado liberal burguês e sua finalidade é defender a propriedade privada dos meios de produção.

Este governo, da mesma forma que os governos anteriores da classe dominante e frente à presença cada vez mais ameaçadora dos manifestantes, tem a finalidade a ajustar a eficácia desse aparato compulsivo concentrando cada vez mais os poderes do Estado nas mãos dos governantes de plantão. Aqui

reside o desespero atual para embalar o Judiciário com todo seu folclore colorido e caricaturesco de seus ponchos e saias, para dar a aparência que faz parte da “descolonização”, que estaria vivendo o país.

Também é necessário ter em conta a correta aplicação da tática num momento em que os explorados tomam a iniciativa em seu confronto contra o Estado. Ocupando ruas e estradas, utilizando-se da ação direta em todas as suas formas, ignorando a legislação em vigor, e que tendem a concentrar em suas mãos uma força compulsiva e os seus organismos de direção tornam-se órgãos de poder (em verdadeiros governos que disputam com o poder legal o controle do país). Nestes momentos que não são normais, mas excepcionais são caracterizados

como uma situação revolucionária.

O problema está em precisar, neste momento, a que nível chegou a esta situação revolucionária, quando acabamos de viver a impressionante mobilização que empurrou o governo num abismo e forçou-o a promulgar uma “lei corte”, que proíbe a construção da estrada através de uma reserva florestal. Quando todos os dias as ruas das cidades são invadidas por famintos exigindo soluções para seus problemas vitais, quando os setores que até o dia anterior formavam a base social do governo agora abertamente se rebelam.

A situação revolucionária tem suas etapas que culmina no

Bolivia:

Por que um governo derrotado e isolado volta a atacar os diferentes setores?

Parece que é para desorientar as pessoas que Evo Morales e sua gangue, após a surpreendente derrota sofrida no problema do gasolínio no ano passado e do problema do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), apenas algumas semanas atrás, retoma a iniciativa para atacar brutalmente, quase exigindo vingança daqueles que o haviam humilhado na véspera. Transforma seu ataque sobre o problema do TIPNIS contra os indígenas buscando reverter a “lei corte”, a fim de que no final, a estrada atravessasse a reserva florestal; ataca duramente a Caixa Nacional de Saúde (CNS) em desafio aos funcionários públicos, pretende a destruição da instituição de previdência por meio de desfiliação dos que agora pertencem a ela, finge-se de surdo aos múltiplos conflitos de fronteiras entre províncias e cidades ao longo do país; não consegue atender as reivindicações dos trabalhadores fabris que se mobilizam para manter seus empregos; ataca os professores com a aplicação “progressiva” do currículo de “Sinai-Perez”; etc. Para as pessoas, parece que o governo recuperou as forças de suas cinzas para voltar a atacar e criar precedentes contra seus opositores.

Todos os processos sociais obedecem a leis objetivas internas, nada acontece por acaso. É necessário descobrir essas leis para compreender que sentido e perspectiva têm as atitudes do governo. No nosso entendimento, existem dois fatores que lhe permitem tomar a iniciativa para tentar conter a rebelião dos explorados:

O primeiro, e mais importante, frente à rebelião cada vez maior dos explorados, não tem escolha a não ser buscar refúgio na sombra do imperialismo (é nesse sentido o último acordo diplomático com os ianques), e, por pressão deste e das empresas privadas nativas, adota cada vez mais uma posição direitista. Sua força para atacar reside na proteção oferecida pelas multinacionais, pelo governo dos EUA e pelos empresários privados nacionais. O imperialismo e seus lacaios internos não têm - por enquanto - outro instrumento capaz de conter explorados que o governo do MAS. Em santa aliança, prometem defendê-lo a nível internacional e nacional, no contexto das restrições financeiras devido à crise estrutural do sistema capitalista. Prometem aumentar os investimentos em alguns setores da economia para aliviar um pouco o estrangulamento econômico que a cada dia fica mais

momento em que se coloca a questão do destino do poder, da iminente necessidade da revolução social. As massas estão prestes a assaltar o poder ou ainda estão passando por um rápido processo de acumulação quantitativa de forças, onde a consciência dos atores também está produzindo mudanças importantes? Da correta compreensão do atual processo dependerá a adoção adequada ou não das diferentes táticas concretas de luta. Um erro pode constituir-se num obstáculo para a evolução do processo, um acerto pode se tornar uma alavanca que o impulsione adiante.

(extraído do Masas boliviano nº 2244, de 25/11/2011)

evidente, e assim por diante. Isso confirma a tese de que o governo tem ocupado o vácuo deixado pela direita tradicional e agora é a única expressão política da classe dominante e do imperialismo no país. Por esta razão, não é improvável que o governo recorra a uma política repressiva dura (como já o fez em Yucumo e com os movimentos sociais no início do ano) para tentar conter a rebelião dos explorados cada vez mais agressivos.

O outro fator é que a tensão vivida pelos combatentes de ontem gerou uma espécie de frouxidão neles. Isso é normal e, no processo atual, promete ser muito curto, porque outros setores já estão nas ruas. Esta pequena pausa leva o governo a tomar a iniciativa e sua perspectiva é usar a “cúpula social”, em dezembro, para oferecer ao país uma nova charlatanice chamada “agenda” (com alegação de “mandato popular”) para levar a cabo medidas urgentes como: um novo gasolínio; a construção da estrada Cochabamba-San Ignacio de Moxos através do coração do TIPNIS; a imposição de um aumento salarial miserável; a destruição da CNS, etc.

Quais são as perspectivas deste novo ataque do governo? Note-se que a execução da política que pretende imprimir não pode ser feita em pouco tempo, convertendo-se em um efeito irracional para as massas. Em algum momento será obrigado a entrar em conflito com elas, porque o espírito destas medidas leva a descarregar nas costas dos explorados todo o peso da crise gerando maior miséria e fome do que já temos hoje. Esta análise leva-nos a que, nesta fase, o governo não poderá encontrar uma solução viável para resolver os problemas do país, estamos vivendo um período de esgotamento do capitalismo, onde não é possível um programa abrangente que gere bem-estar social aos setores mais amplos da população.

Agora é necessário fortalecer a organização independente dos explorados, expulsar a burocracia governista dos sindicatos e das organizações sociais, dotando-as de um amplo programa de realizações imediatas que permita unificar a luta dos diferentes setores.

Por outro lado, corresponde fortalecer a direção política revolucionária para que, a partir dos sindicatos possam dar conteúdo político ao instinto de luta das massas apontando o caminho para a vitória da revolução.

(extraído do Masas boliviano nº 2244, de 25/11/2011)